

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 27 | Nº 270 | DEZEMBRO DE 2022

ENTREVISTA

Fabiana Moraes fala em jornalismo humanizante em tempos de desumanização p.04



Foto: Igor Spennatto



Foto: Igor Spennatto

ESPECIAL

Se, no começo do século, já representavam 15% da população e definiam eleições, hoje, evangélicos compõem um terço dos brasileiros e seus votos são disputados por todos os partidos e ideologias p.14

Quem é o variado e complexo eleitorado evangélico?

Nesta edição:



Foto: Igor Spennatto

EDUCAÇÃO

No rol de doenças da OMS, professores com Síndrome de Burnout podem obter benefícios previdenciários p.08



Foto: Marcos Corrêa PR

POLÍTICA

O que o Brasil precisa aprender com outros países da América Latina para que os militares respeitem a democracia p.10

EDITORIAL

Jornalismo contra a desumanização

Abrimos a edição deste mês com uma entrevista que é praticamente um manifesto sobre como entendemos o jornalismo e qual o seu papel. Em um bate-papo com a detentora de três prêmios Esso de Jornalismo, Fabiana Moraes, sobre seu novo livro *A pauta é uma arma de combate – Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza* (Arquipélago), levamos ao leitor um pouco dos bastidores da produção de informação e das responsabilidades intrínsecas ao ofício.

Ela discorre sobre como o jornalismo pode servir como meio de se opor a esses cenários de destruição de humanidades, sobre não haver espaço em um dos países campeões em desigualdade social e concentração de renda no mundo, para posturas 'neutras' e falsamente equilibradas no jornalismo. A jornalista articula críticas, propostas e reflexões a respeito das relações discursivas da mídia com grupos sociais historicamente oprimidos.

No meio educacional, não é de hoje que o *Extra Classe* traz a Síndrome de Burnout como pauta. Um dos maiores sofrimentos psíquicos que atinge docentes completou um ano de reconhecimento no rol de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS). Com isso, abre-se uma possibilidade de reconhecimento junto à Previdência Social, para que trabalhadores possam obter os devidos benefícios. Nossa reportagem mostra alguns casos e o otimismo de especialistas sobre a questão.

No cenário político que antecede a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, no próximo 1º de janeiro, fica a dúvida de como o novo governo lidará com os militares que insistem em afrontar o regime democrático. Nossa equipe apurou como outros países da América Latina já deram exemplos de como submeter as Forças Armadas aos interesses do país e da democracia, em detrimento dos próprios interesses corporativos e de projetos de poder paralelo.

Atualmente, o poder evangélico no meio político é tão influente quanto crescente. Um terço da população brasileira é evangélica. No meio disso, este eleitorado é considerado decisivo, tanto em articulações como em apoios políticos. Conversamos com especialistas e líderes políticos para ter ideia da diversidade de pensamentos e inclinações políticas que compõem o mosaico complexo que é o meio evangélico brasileiro.

E mais: Arte⁺, Verissimo, Fraga, Rolim, Weissheimer, Edgar Vasques, Rafael Corrêa, muito mais. Boa leitura!

04 ENTREVISTA

À premiada jornalista Fabiana Moraes faz uma crítica ao jornalismo que desumaniza e invisibiliza pessoas

08 EDUCAÇÃO

Um ano depois da Síndrome de Burnout ser reconhecida pela OMS, professores podem obter benefícios na Previdência

10 POLÍTICA

Que lições o Brasil pode tirar de outros países da América Latina para submeter as Forças Armadas ao poder civil

13 MOVIMENTO

Indígenas urbanos buscam reconhecimento e apresentam suas expectativas com o próximo governo

14 ESPECIAL

Quem é o evangélico brasileiro e quão complexo e variado o espectro político deste segmento?

18 WEISSHEIMER

Para o colunista Marco Weissheimer, o fantasma do fascismo no Brasil carece de exorcismo

19 ENSINO PRIVADO

As aprovações das recuperações judiciais da Aelbra e da Rede Metodista movimentaram o setor

22 ROLIM

O silêncio de Bolsonaro é típico de quem tem apreço pelos porões e desprezo pela democracia

24 ARTE +

A pesquisadora Fernanda Verissimo apresenta sua publicação sobre os livros impressos nas Missões Jesuíticas



EXTRA
CLASSE-ORG-BR

Redação: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estagiário em Jornalismo: Douglas Glier Schütz

Colaboradores: Adriana Lampert, Jacira Cabral da Silveira, Juan Ortiz, Marcelo Menna Barreto e Sílvia Lisboa

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Tiragem: 25 mil exemplares

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclasse@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

Escolas cívico-militares I

SANTIAGO

Uma das principais promessas de campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) na área da educação era o programa de escolas cívico-militares. E o modelo pode ser descontinuado. Integrantes da equipe de transição do governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendem que o programa seja desativado na nova gestão. A crítica ao modelo cívico-militar é que parte de uma premissa equivocada: a de que a disciplina militar seria responsável por melhorar o desempenho dos alunos e aumentaria a segurança no entorno das escolas. Porém, os resultados provêm de maior aporte financeiro e não da militarização da escola.

Escolas cívico-militares II

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) foi lançado em setembro de 2019, no primeiro ano do governo do presidente Bolsonaro. Ele defendeu o ensino militar ao longo de sua trajetória política e, durante a campanha presidencial de 2018, prometeu implementar escolas cívico-militares em todo o Brasil. De acordo com o MEC, a meta era que 2016 escolas cívico-militares fossem implementadas até 2023. Até o momento, segundo a pasta, o número chegou a 202, mas haveria uma "fila" de pelo menos 350 municípios à espera para entrar no programa.



Como foi o debate sobre a revisão da vida toda no STF

No começo de dezembro, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento sobre a chamada "revisão da vida toda". Por maioria de votos, o colegiado considerou possível a aplicação de regra mais vantajosa à revisão da aposentadoria de segurados que tenham ingressado no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) antes da Lei 9.876/1999, a qual criou o fator previdenciário e alterou a forma de apuração dos salários de contribuição para efeitos do cálculo de benefício.

A matéria possui repercussão geral e prevaleceu o entendimento de que, quando houver prejuízo para o segurado, é possível afastar a regra de transição introduzida pela lei, que exclui as contribuições anteriores a julho de 1994.

TRANSIÇÃO – O recurso foi interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que havia garantido a um beneficiário, filiado ao RGPS antes da Lei 9.876/1999, a revisão de sua aposentadoria com a aplicação da regra definitiva (artigo 29 da Lei

8.213/1991), por ser mais favorável ao cálculo do benefício que a regra de transição. Para os segurados filiados antes da edição da lei, a regra transitória abrangia apenas 80% das maiores contribuições posteriores a julho de 1994, período do lançamento do Plano Real, que controlou a hiperinflação. Já a regra definitiva leva em consideração 80% dos salários de contribuição de todo o período contributivo.

MAIOR RENDA – O julgamento estava sendo realizado no ambiente virtual, mas foi deslocado para o presencial após pedido de destaque do ministro Nunes Marques. O relator do recurso, ministro Marco Aurélio (agora aposentado), já havia votado no sentido de que o contribuinte tem direito ao critério de cálculo que lhe proporcione a maior renda mensal possível, a partir do histórico das contribuições. Por decisão do colegiado, os votos proferidos pelo relator permanecem válidos, mesmo depois de sua aposentadoria. Assim, o ministro André Mendonça, sucessor do ministro Marco Auré-

lio, não votou no caso.

REDUÇÃO SALARIAL – Primeiro a votar, o ministro Alexandre de Moraes acompanhou o relator. Ele observou que a regra transitória é mais benéfica a quem teve a remuneração aumentada próximo da aposentadoria, pois o valor das contribuições também aumentou. Ele ponderou, no entanto, que essa realidade não se aplica às pessoas com menor escolaridade, que costumam ter a trajetória salarial decrescente quando se aproxima o momento da aposentadoria.

ISONOMIA – Ele considera, ainda, que a norma transitória contraria o princípio da isonomia, pois representa tratamento mais gravoso ao segurado mais antigo, o qual tem as contribuições anteriores a julho de 1994 excluídas. Já para os novos filiados ao RGPS, é computado todo o período contributivo. Também votaram nesse sentido os ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski e as ministras Cármen Lúcia e Rosa Weber (presidente).

VALIDADE DA NORMA – A outra corrente acompanhou o en-

tendimento do ministro Nunes Marques no sentido de que o afastamento da regra de transição criaria uma situação anti-isonômica, pois permitiria a coexistência de dois formatos de cálculo para segurados filiados antes de novembro de 1999. Nesse sentido, o ministro Luís Roberto Barroso observou que, com a nova lei, a regra geral passou a considerar todas as contribuições a partir de julho de 1994. Segundo ele, isso evita que se traga para o sistema previdenciário a litigiosidade em torno dos índices de inflação anteriores ao Plano Real. Também ficaram vencidos os ministros Luiz Fux, Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

TESE – A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: "O segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876, de 26/11/1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC em 103/2019, que tornou a regra transitória definitiva, tem o direito de optar pela regra definitiva, acaso esta lhe seja mais favorável".

Jornalismo *versus* outrofobia



Fotos: Igor Sperotto

por César Fraga

Fabiana Moraes conversou com o *Jornal Extra Classe*, por ocasião de sua passagem por Porto Alegre para o lançamento de seu novo livro, *A pauta é uma arma de combate – Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza* (Arquipélago, 367 páginas), em fins de novembro. Ela articula críticas, propostas e reflexões sobre as relações discursivas da mídia com grupos sociais historicamente oprimidos. Para a jornalista, se o outro é parte da matéria-prima do jornalismo, “o jornalismo não pode ser outrofóbico”.

Fabiana afirma que o jornalismo pode servir como meio de se opor a cenários de destruição de humanidades. Em seu livro, ela fala sobre como não haver espaço, em um dos países campeões em desigualdade social e concentração de renda no mundo, para posturas ‘neutras’ e falsamente equilibradas no jornalismo.

Fabiana Moraes é recifense e professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É jornalista com mestrado em Comunicação e doutorado em Sociologia. Seu campo de pesquisa é mídia, imprensa, poder, raça, hierarquização social, imagem e arte.

Ela é vencedora de três prêmios Esso com as reportagens *A vida mambembe* (2007), *Os sertões* (2009) e *O nascimento de Joicy* (2011). Recebeu, ainda, o Prêmio Petrobras de Jornalismo, o Prêmio Imprensa Embratel e o Prêmio Cristina Tavares de Jornalismo. Ela, também, é autora de outros quatro livros: *Os sertões* (2010), *Nabuco em pretos e brancos* (2012), *No país do racismo institucional* (2013) e *Jomard Muniz de Britto: professor em transe* (2017).

Extra Classe – Na orelha escrita por Marcia Veiga, ela diz que este livro se trata da mais alta tecnologia de transformação. Gostaria de saber de qual transformação você propõe neste trabalho e qual a principal motivação para realização deste livro.

Fabiana Moraes – O livro nasceu a partir de um olhar crítico e não maternal sobre três pautas que eu desenvolvi e elas estão no final do livro. E também, associada a isso, uma análise construída no durante e também no pós-redação. Não se trata de uma análise centrada na minha produção, mas na produção de pautas de uma maneira geral. Sobre como é que a gente realiza as pautas. E essas pautas podem levar a gente, mesmo que de uma forma geral. De como a gente realiza as pautas e de como essa construção vai estar associada a uma série de questões, que, como tal, muitas vezes por melhor que seja a nossa vontade, elas podem levar a gente para lugares de mera estabilização de violências ou de invisibilidades. A pauta em si já é uma consequência de toda uma rede de ensinamentos, de práticas, que o jornalista desenvolve desde antes de concretizar uma reportagem.

EC – Como explicar para o leitor a forma como o jornalismo opera desde o século 19, sendo colonizado, machista, racista, entre outros adjetivos nada edificantes?

Fabiana – Uma coisa que é interessante para o público leigo é entender como é feito o critério de seleção de notícias que vai entrar em um jornal. O critério de seleção dos acontecimentos que serão transformados em notícia. Que filtro é este? Jornalistas, editores, fotógrafos, esta rede profissional, ela vai filtrar esses acontecimentos e transformá-los ou não em notícia. Existe uma série de critérios que têm a ver com a fama das pessoas envolvidas, com o poder econômico, relevância geopolítica, a quantidade de pessoas envolvidas em determinado acontecimento. O grau de impacto que isso terá ou não na vida das pessoas. São elaborações do jornalismo para que se racionalize uma grande quantidade de acontecimentos, e é necessário ter critérios e uma hierarquia para organizar o que entra ou não. Por mais que a gente saiba que no dia a dia as coisas não operam exatamente assim. Muitas vezes, há outros fatores que vão levar algo a ser ou não notícia. E, ainda assim, esses fatores que eu falei são até hoje ensinados como dogmas nas universidades e não se questionam os valores-notícia em si. E o valor-notícia tem uma capacidade excludente enorme.

EC – O livro começou com um artigo acadêmico, não é?

Fabiana – Eu escrevi um artigo com Marcia Veiga, que foi apresentado num congresso de pós-graduação em Comunicação em 2019, e o tema deste artigo está

presente na discussão deste livro que estou lançando. Nessa discussão, a gente faz uma crítica aos valores-notícia. Por exemplo, quando eu falo que o que vai ser notícia sobre países considerados de elite ou sobre pessoas proeminentes e assumo isso como uma verdade. Quando eu assumo isso como uma verdade, então preciso assumir que países e pessoas que não são de elite ou não são proeminentes, elas estão tecnicamente fora da produção noticiosa. Significa dizer, por exemplo, que uma comunidade vulnerabilizada ou que países pobres vão ficar fora. A não ser por um ou outro critério que, enfim, se interponha e torne essas ou esses países noticiados ou noticiáveis.

EC – Esse critério de país acaba também sendo decalcado para outras amplitudes geográficas, como, por exemplo, Zona Sul e morro, no caso do Rio de Janeiro, ou zonas nobres e periferias, Sudeste/Nordeste?

Fabiana – Com certeza, esses são critérios. Só pra tentar traduzir melhor: sendo este apenas um dos critérios noticiosos e é um dos critérios em que faço crítica a alguns valores-notícia no segundo capítulo do livro. Justamente chamo a atenção para essas questões, porque, uma vez que assumimos isso, nós estamos assumindo também que esses lugares são menos importantes do que os outros. Outro valor forte é o da novidade ou do extraordinário. Isso é quase um sinônimo de jornalismo.



“Como é que a objetividade jornalística explica o fato de a maioria das fontes dos jornais de maior referência serem pessoas brancas e masculinas? Como é que a objetividade jornalística explica a fraca cobertura sobre as questões das populações indígenas até agora?”

EC – Principalmente nesta época de caça aos cliques, não é?

Fabiana – Exatamente. O risco é nos tornarmos ainda mais dramáticos. E o que a gente vai observar é que, muitas vezes, pessoas

SEUS DIREITOS NÃO TIRAM FÉRIAS

Neste período de férias escolares estaremos de prontidão para prestar todo auxílio jurídico para os professores do Ensino Privado.

Agende uma consulta gratuita*:  51 98060.3579

 **CAINELLI**
ADVOGADOS

*Credenciado pelo
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



ENTREVISTA

e grupos em situações de vulnerabilidades diversas só vão se tornar notícia a partir de fenômenos como da exotificação, em que sua condição é transformada em novidade. Um exemplo: a travesti que conseguiu passar no vestibular. De que forma vamos tratar essa pauta?

EC – O jornalismo acaba vendendo ao leitor médio um fato que deveria ser tratado com normalidade como algo espetacular? Cria-se um circo para tornar a notícia do que seria trivial mais interessante?

Fabiana – Exatamente. Este valor-notícia da novidade, que é muito caro ao nosso campo, quando pautado apenas pela diferença, se está transformando a diferença em desigualdade, na verdade. Não trata o diferente como um fato cotidiano. Mas tratamos como? Como aberração? Como exótico? Como parte de um tecido social? Para mim, é uma questão muito cara: que é quando eu consigo olhar aquilo que foi tratado historicamente como exótico e consigo trazer pessoas desses grupos por exercícios de tentativas de horizontalidade, ao invés de tentativas de diferenciações. Obviamente, eu entendo, como jornalista, que se é a primeira vez que uma travesti é nomeada pra um cargo de diretoria na USP, que isso é notícia. Pegando aqui a USP como esse lugar de poder, óbvio que isso é noticiável. Mas como eu falo sobre isso? A partir de que critérios? Como é que eu consigo transformar esse fato, não para dizer “olha aqui a travesti que agora está num lugar de poder?” Mas como trazer nessa notícia todo o círculo cultural e social que sempre impediu essas pessoas de chegarem ali. O jornalismo precisa tentar fazer determinados giros e inflexões sobre as formas como a gente pauta e dá a notícia, quando existe um potencial exotificador e exotificante muito grande. Porque, ao dar muito zoom na diferença, a gente cava mais o poço da desigualdade. Muitas vezes, se individualiza e não torna essas questões coletivas, porque tem várias outras

pessoas que continuam fora nos espaços de poder.

EC – E como desatar esse nó?

Fabiana – Então, acho que esse exercício é reflexivo. No segundo capítulo, eu tento justamente fazer uma espécie de radiografia do que chamo de jornalismo de subjetividades. Porque foi o momento em que eu consegui organizar essas questões que desde 2015 venho tratando. Foi quando eu lancei o livro *O nascimento de Joyce*. Eu já falo no jornalismo de subjetividade nesse livro, mas de uma maneira ainda muito embrionária. Acho que agora eu consigo organizar melhor o que é esta subjetividade e a partir dele (o livro), através da pauta, provocar essas reflexões.

EC – Interessante você propor a questão da subjetividade no jornalismo, quando a busca pela objetividade é praticamente um dogma entre colegas. Como é esse negócio de tirar a subjetividade do armário?

Fabiana – Acho que tem uma questão que se impõe para pensarmos. Onde é que essa suposta objetividade jornalística nos levou até agora como imprensa e como sociedade? Como é que a objetividade jornalística explica, por exemplo, um discurso enviesado (preconceituoso) sobre o Nordeste? Como é que a objetividade jornalística explica o fato de a maioria das fontes dos jornais de maior referência serem pessoas brancas e masculinas? Como é que a objetividade jornalística explica a fraca cobertura sobre as questões das populações indígenas até agora? Tem várias questões que a objetividade jornalística nunca deu conta, porque ela nunca foi só objetividade. A subjetividade jornalística também esteve ali nessas escolhas. Por isso eu digo “tirar do armário”, porque ela está ali. Todo o trabalho que a gente faz como jornalistas, cineastas, produtores e produtoras de informação está relacionado à subjetividade. O que eu procuro fazer é mostrar um pouco o que costumo qualificar com subjetividade jornalística. Porque eu não estou falando que, necessariamente, ela, a subjetividade,



Foto: Igor Sperotto

“Onde é que essa suposta objetividade jornalística nos levou até agora como imprensa e como sociedade?”

seja por si mesma uma questão positiva. O racismo, por exemplo, é algo da ordem da subjetividade.

EC – Existem limites tanto pra objetividade quanto pra subjetividade no jornalismo? E é esse exercício que você está propondo?

Fabiana – É assim... A objetividade que não pode estar fora do jornalismo. E a objetividade de que falo é a que torna o jornalismo o que ele é. A apuração. Isso que a gente tá fazendo agora, né? A entrevista em busca de dados, de informações, de compreensão. A checagem. A não modificação da fala do outro. Principalmente, falo da modificação consciente das falas, atitudes e posturas do entrevistado, em nome daquilo em que o jornalista está interessado. Enfim, existe uma objetividade jornalística que, sem ela, o jornalismo não vai existir. A minha crítica é a uma objetividade que simplesmente esconde uma série de questões relacionadas também à ordem subjetiva. E que está presente no cotidiano jornalístico em nome, por exemplo, de uma suposta isenção.

EC – Nós, jornalistas, muitas vezes, nos escondemos atrás da objetividade de forma covarde?

Fabiana – Isso. Uma covardia de praticar, por exemplo, o jornalismo declaratório. Uma coisa que tá bem em voga e estou achando ótima atualmente é essa crítica ao jornalismo declaratório. Este, talvez, seja o grande exemplo

dessa falsa isenção, dessa falsa objetividade. E que, na verdade, vai tornar o produto jornalístico um produto totalmente tóxico para uma série de populações. Temos o exemplo do termo “petralhada”, colocado em várias manchetes, em determinada época, e replicado nas redes sociais e que geram uma série de violências.

EC – Por exemplo...

Fabiana – Cito também a cobertura do caso Lázaro, que também trago no meu livro, ali no segundo capítulo. Critico práticas como ouvir a polícia sem fazer nenhuma espécie de filtragem, reportar termos racistas em relação às religiões não cristãs, como “magia negra” ou “ritual satânico”. Então acho que tem uma série de questões aí que são elaboradas pelo jornalismo, que, muitas vezes, são defendidas em nome de uma suposta perseguição da objetividade, mas que elas revelam mais questões da ordem subjetiva como racismo, por exemplo. E que são lançadas pelos jornalistas no ar, nas redes, como se ele não tivesse nada a ver com aquilo que está sendo publicizado, como se jornalista não fosse um filtro. Então, acho que a gente, inclusive, se apequena, a gente diminui o papel do jornalismo quando a gente se utiliza dessas explicações da objetividade, porque nós somos seres pensantes e exercendo uma atividade complexa que é o jornalista.

MOISÉS MENDES

Nos devolvam a tia Alzira



Há muitas histórias não contadas ou contadas pela metade de personagens que o bolsonarismo transformou em pessoas estranhas. Principalmente depois que o sujeito foi derrotado.

Tia Alzira é uma dessas personagens reais, verdadeiras, afetivas e parceiras que sofreram mutações talvez só aparentemente repentinas.

Sei da sua história recente, contada por um familiar de quem sou amigo no Facebook, e por isso me habilito a resumi-la aqui. Todo mundo tem uma tia Alzira.

Uma semana depois da eleição do segundo turno, uma família de Porto Alegre passou a ser alertada por parentes de Sobradinho. Tia Alzira está acampada na frente do QG do Exército.

INTERNET

Extra Classe supera 3,5 milhões de acessos

Com conteúdos diários, exclusivos e repercussão nas redes sociais, o Extra Classe passou dos três milhões de acessos no ano, em novembro. Os assuntos mais lidos pelo público fazem parte da editoria de educação, economia, política e saúde. Você também pode receber o conteúdo no seu celular.

DESAFIOS DO NOVO GOVERNO

Lula herdará rombo de R\$ 400 bi

Ao contrário da opinião do relator-geral do Orçamento de 2023 da União, senador Marcelo Castro (MDB/PI), o ex-presidente do Banco Central e ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tem afirmado que o rombo fiscal que será deixado pelo governo Bolsonaro para o próximo período será quase três vezes maior que o estimado.

Se o governo chegou a falar em R\$ 150 bilhões e Castro estima a necessidade de ao menos R\$ 100 bilhões para ajuste nas contas do ano que vem entre o Parlamento e a equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para o início do seu mandato, Meirelles vê um déficit que pode chegar a R\$ 400 bilhões.

EDUCAÇÃO

Corte pode paralisar universidades

O novo corte de R\$ 1,68 bilhão no orçamento do Ministério da Educação (MEC), feito por decreto do governo federal, determina a paralisação das universidades e dos institutos federais, alertou a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

O critério de limitações de empenhos no mês de outubro, quase ao final do exercício, afetará despesas já comprometidas e representa gravíssimas consequências e desdobramentos jurídicos para as universidades federais.

DESTAQUE DE NOVEMBRO

EDUCAÇÃO – Alunos do Israelita gravam vídeos com ofensas e são afastados

SAÚDE – Contágio por subvariantes da ômicron já caracteriza nova onda de covid-19

JUSTIÇA – Padre que vinha recebendo ameaças de bolsonaristas por apoio a Lula é encontrado morto no Paraná

POLÍTICA – Militares não encontraram fraudes nas urnas e Bolsonaro proíbe divulgação

ACESSE OS NOSSOS CONTEÚDOS NA ÍNTEGRA



SEU IMÓVEL NA SERRA GAÚCHA

A Diferencial Imóveis tem as melhores opções de imóveis à venda em Gramado e Canela e vantagens exclusivas para você através do Convênio com o SINPRO/RS.

QUER SABER QUAIS OS BENEFÍCIOS? ENVIE UMA MENSAGEM PELO WHATS.

54 3282-9000 54 99105-1110

Aproxime a câmera do seu celular e acesse nosso site com mais de 650 ofertas de imóveis à venda.

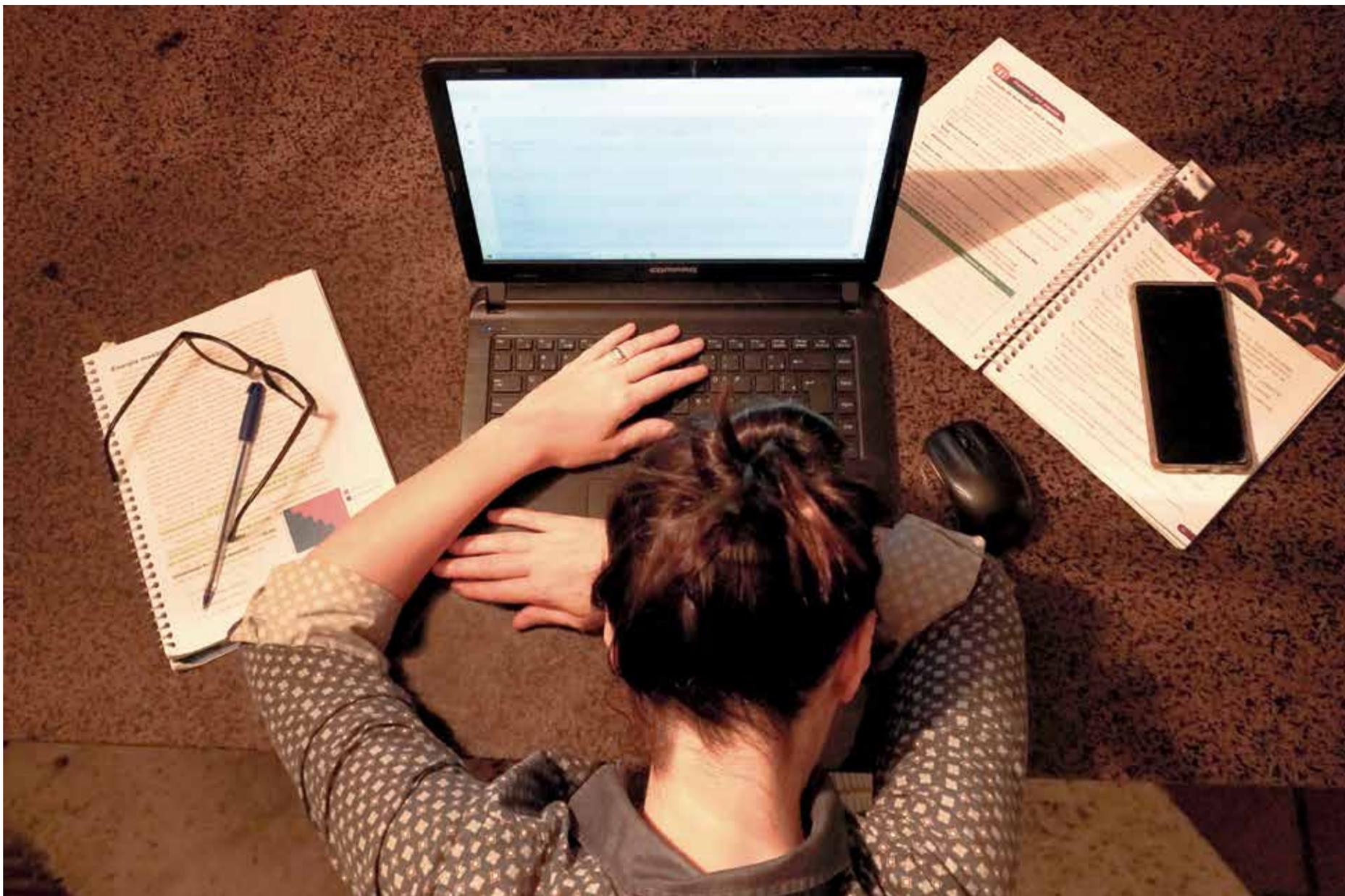


Foto: Igor Speratto

Inclusão de *Burnout* como doença do trabalho pode garantir benefícios previdenciários a professores

por Jacira Cabral da Silveira

No próximo dia 1º de janeiro completará um ano de inclusão da Síndrome de Burnout no rol de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS). Conforme a International Stress Management (ISMA) – entidade presente em 12 países, incluindo o Brasil, voltada à prevenção de doenças ligadas ao estresse –, 72% dos trabalhadores brasileiros têm diagnóstico de estresse e 32%, de Burnout. Nesse contexto, o enquadramento da Síndrome de Burnout na CID - 11 como doença ocupacional pode garantir benefício junto à Previdência Social

Tudo começou com o diagnóstico de uma gastrite bacteriana. Há mais de dez anos, Aline (nome fictício) trabalha no ensino superior da rede privada do RS e sempre adorou o que faz. Em dezembro do ano passado, ela foi parar no hospital e precisou fazer uma cirurgia de emergência. Quando voltou para casa, ainda em recuperação, uma de suas preocupações era com as atividades de fechamento de semestre. "Mas eu não me sentia bem, estava com crises de choro e achava que era por causa da cirurgia." Mas não era. Ao buscar um profissional em psiquiatria, veio o diagnóstico de Síndrome de Burnout.

Também conhecida como síndrome do esgotamento profissional, *Burnout* foi identificada pela primeira vez pelo psicólogo norte-americano Herbert Freudenberger, em 1974, descrevendo esse distúrbio psíquico como relacionado ao trabalho. Em nível mundial, especialistas calculam que a síndrome afeta 10% dos trabalhadores e, nas formas mais severas, entre 2% e 5%, prejudicando especialmente aqueles que têm empregos relacionados ao cuidado com pessoas.

Diante deste cenário progressivo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decidiu incluir *Burnout* na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

(CID), identificando-a pelo código CID 11 – *Burnout*. Assim, desde 1º de janeiro deste ano, a síndrome passou a ser reconhecida como doença ocupacional, o que acarreta direitos previdenciários e uma proteção contra desligamentos relacionados ao esgotamento do profissional.

Segundo dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), a média de concessão de benefícios em casos de adoecimento mental entre os anos de 2019 e 2022 no Brasil foi de 244 mil por ano, quanto aos dados relativos a *Burnout*; entretanto, ainda não há registro, informa a Assessoria Especial de Comunicação do Ministério.

No caso de Aline, contudo, o diagnóstico de *Burnout* não chegou a tempo para que ela pudesse garantir o benefício junto à Previdência, além dos quinze dias de afastamento inicial. A solução temporária então foi pedir licença-interesse, com redução de carga horária e salário, a fim de amenizar o volume de trabalho e as exigências de suas funções. Há nove meses com acompanhamento psiquiátrico, a professora não descarta a possibilidade de recorrer novamente ao INSS, buscando, dessa vez, o benefício do novo enquadramento da *Burnout*. "Só o fato de pensar em retornar às 40 horas, já começo a ficar um pouco angustiada," desabafa.

Borramento do horário de trabalho

Fernando Negri Fracasso integra a equipe de psiquiatras do Instituto Abuchaim, em Porto Alegre, que oferece serviços de psiquiatria clínica e psicoterapia. Atualmente, 10% de seus pacientes têm diagnóstico de *Burnout*, o qual, na sua avaliação, é um número expressivo, uma vez que existem vários adoecimentos emocionais possíveis. Durante o auge da pandemia, Fernando comenta que esse índice chegou a 50% entre os profissionais da saúde, mas que também era percebido entre bancários e professores.

Para Fernando, os professores foram os que mais sofreram com a pandemia, quando as exigências triplicaram, extrapolando as jornadas diárias, em uma espécie de "borramento entre o horário de trabalho e o horário de descanso", contextualiza.

Esse excesso de trabalho irá aparecer no consultório tanto através de novos clientes como entre aqueles que já faziam terapia. "Eram pessoas que estavam satisfeitas com o trabalho, felizes com suas tarefas", comenta. Mas daí surgiram as queixas. Conforme o

psiquiatra, as pessoas começaram a ficar negativas com relação ao trabalho, decepcionadas consigo mesmas por nunca conseguir alcançar as demandas. "Essa é uma das características da *Burnout*, o profissional deseja corresponder e sofre porque não consegue", explica. E o desfecho pode ser ainda pior se esses sintomas não forem levados a sério, "pode resultar em depressão", adverte.

Nesse contexto, Fernando comemora a classificação de *Burnout* como doença do trabalho porque, segundo ele, faz parte do tratamen-

to reduzir ou evitar o tempo de convívio no ambiente da empresa. Ele relata o caso de um de seus pacientes que, durante muito tempo, foi impossível estabelecer esse nexo causal, porque vinha sempre a alegação de ser o caso de doença psiquiátrica, isentando completamente a responsabilidade do local de trabalho com o adoecimento do trabalhador. Recentemente, esse paciente conseguiu o benefício com o diagnóstico de *Burnout*. "É difícil para o indivíduo combater o sistema e conseguir sozinho se recuperar ou não adoecer", acrescenta.

Burnout e professores

De acordo com Janine Kieling Monteiro, professora dos programas de pós-graduação de Psicologia e Enfermagem da Unisinos, conceitualmente, os autores que estudam *Burnout* entendem a síndrome como estresse crônico do trabalho, ou seja, um trabalhador que tem um estresse prolongado no ambiente profissional pode vir a desenvolver a doença. Nesse sentido, a síndrome é compreendida como uma questão processual, em que algumas pessoas podem apresentar uma das três dimensões que caracterizam a síndrome: exaustão emocional; despersonalização, sensação de baixa realização e eficácia profissional.

Ao comentar a pesquisa realizada em 2012 sob sua coordenação, intitulada *Avaliação do Nível de*

Estresse em Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul, Janine afirma que a prevalência da *Burnout* só tem aumentado. À época, considerando as três variáveis que caracterizam a síndrome, os números revelaram que a prevalência de estresse foi de 58,4%, com predominância na fase de resistência (50,5%), e os sintomas que mais se destacaram foram o cansaço excessivo e a tensão muscular.

Citando dados mais recentes, Janine aponta estudos realizados na Universidade Federal de Santa Catarina, tendo como referência trabalhos publicados nos últimos 15 anos (2006 a 2021). Tais estudos indicaram alto índice de exaustão emocional dos professores, variando de 5,6 a 69% de prevalência de *Burnout*. Os estudos revelam, ain-



Foto: Igor Sperotto

Janine Kieling Monteiro, professora dos programas de pós-graduação de Psicologia e Enfermagem da Unisinos

da, índice importante no grau de despersonalização, variando de 0,94 a 55%, e baixa realização profissional entre 1,2 e 56,6% dos participantes. "A baixa realização pode comprometer a satisfação profes-

sional do indivíduo, assim como as condições de trabalho e a falta de perspectivas profissionais dos professores cada vez mais contribuem para o abandono de emprego do professor", adverte o estudo.



Foto: Marcos Correa/PR

Durante todo seu governo, Jair Bolsonaro distribuiu cargos estratégicos para militares da ativa e da reserva em todos os escalões do governo, o que foi uma marca de sua gestão

O que o Brasil pode aprender com países latinos que enquadraram seus militares

por Juan Ortiz

colaborou Sílvia Lisboa

Desde a redemocratização, o Brasil tem dificuldades para subordinar o poder militar ao civil, ainda mais na gestão Bolsonaro. Às vésperas da posse de Luiz Inácio Lula da Silva, Extra Classe ouviu analistas para entender como nossos vizinhos latinos conseguiram restringir a atuação de militares no governo

A caserna brasileira virou piada faz um tempo. Conhecidos como exímios pintadores de meio-fio, os militares têm dificuldade em compreender seu papel em um país democrático e acumulam privilégios exorbitantes. A falta de limites mais rígidos sobre qual é sua função institucional abriu caminho para uma atuação que ultrapassa a esfera da segurança nacional, prestando-se até a fiscais do processo eleitoral. O governo eleito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá, mais uma vez, a chance de conduzir uma verdadeira reforma das instituições militares, mas há dúvidas se isso irá prosperar.

“Em termos de autonomia das Forças Armadas, o Brasil tem mais problemas do que os vizinhos. Não houve uma justiça de transição que apurasse os crimes da ditadura. Pelo contrário: houve uma lei ampla de anistia, e isso cobra um preço até hoje”, resume o pesquisador Juliano Cortinhas, professor de Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB).

Além de não restringir o poder de atuação das Forças Armadas, a volta da democracia também a deixou mais ambígua. “Alguns analistas cunharam o termo ‘partido militar’, porque eles continuaram se comportando como um partido político, com agendas próprias”, aponta Cortinhas. Hou-

ve, também, a manutenção de uma série de regalias e benefícios para quem seguisse a carreira militar: pensões para filhas solteiras e viúvas, bons planos de saúde e hospitais exclusivos, regras de previdência e aposentadoria diferenciadas, acesso a escolas de elite para os filhos, e uma Justiça Militar cuja existência nunca foi devidamente justificada.

Todo esse caldo – somado à penetração das polícias militares na vida cotidiana – faz com que as Forças Armadas estejam muito presentes no dia a dia da população. O governo de Jair Bolsonaro, tomado aos montes por militares em cargos-chave, não seria possível sem essa naturalização dos

fardados na vida pública. Isso também explica as dezenas de atos golpistas que pedem intervenção militar nas rodovias e em frente aos quartéis – e já escalam para o terrorismo doméstico.

A situação do Brasil contrasta com a de outras nações latino-americanas, onde os militares têm um escopo reduzido e não podem opinar sobre questões políticas. Mesmo em contextos muito diversos, países como Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia e Costa Rica enquadraram (ou até extinguiram) suas Forças Armadas. Alguns, inclusive, condenaram ex-ditadores e carrascos das ditaduras militares, ao contrário dos brasileiros.

Condenações históricas na Argentina e no Uruguai

Ditadura militar é um tema que não morre na memória dos argentinos. Seja no campo da arte, com o recém-lançado *Argentina, 1985* – filme estrelado por Ricardo Darín no papel do procurador que ajudou a condenar ditadores –, seja pelas vezes que uma integrante das Mães da Praça de Maio é lembrada por sua biografia.

No país *hermano*, as Forças Armadas deram o último golpe em março de 1976, sob o pretexto de combater uma guerra civil contra os grupos guerrilheiros. “É importante frisar, contudo, que não foi um golpe feito no calor dos acontecimentos, mas algo meticulosamente planejado desde a segunda metade de 1975”, explica Matheus Pereira Oliveira, professor de Relações Internacionais na PUC-SP e Universidade de Ribeirão Preto/SP (Unaerp).

O golpe de 1976, explica Oliveira, tinha como objetivo fazer uma reestruturação profunda da economia política do país, de modo a construir uma nova ordem social, política e econômica na Argentina. “Tratava-se de eliminar, de modo definitivo, toda e qualquer resistência ao projeto encampado pelos militares, que misturava a adesão ao modelo neoliberal com uma desorganização e silenciamento dos movimentos sindicais, que, historicamente, são poderosíssimos no país”, descreve o especialista e pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional.

Mas a oposição, mesmo violentamente reprimida, nunca deixou de pressionar pelo fim do regime, no início dos anos 1980. Movimentos como o das Mães da Praça

de Maio, que exigiam a volta de filhos e netos desaparecidos, são emblemas disso. “É um trabalho de militância constante das associações de familiares dos desaparecidos. O dia 24 de março é feriado na Argentina como forma de lembrar dos horrores da ditadura. No Brasil, o 31 de março tem comemorações das Forças Armadas”, compara Marina Vitelli, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenadora adjunta do Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Em 1985, houve uma tentativa de punir os agentes da ditadura argentina. Porém, para acalmar os ânimos militares, o então presidente civil, Raul Alfonsín, decretou as “leis do perdão”, as quais limi-

taram significativamente o alcance dos julgamentos. Essas leis só seriam anuladas quase duas décadas depois, por iniciativa do governo Néstor Kirchner (2003-2007), abrindo espaço para o julgamento e prisão de vários militares, inclusive os ex-presidentes Jorge Rafael Videla e Reynaldo Bignone. Em 2005, a Suprema Corte confirmou o decreto kirchnerista e declarou a inconstitucionalidade das leis do perdão.

Todas essas lutas resultaram na extirpação dos fardados das atividades políticas. “Esse processo de memória, verdade e justiça está completamente ligado à ausência dos militares argentinos na política hoje”, explica Vitelli. “Tanto o peronismo (de esquerda) quanto a União Cívica Radical (de direita) chegaram a um pacto



Seu Cartão do Associado agora também é virtual e está no novo App do Sinpro/RS.

Mais prático, mais completo e mais fácil de economizar.

Mais de 500 convênios em produtos e serviços com descontos para você.

Baixe ou atualize o seu

Download on the App Store

GET IT ON Google Play

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

POLÍTICA

democrático, entenderam que as diferenças não poderiam fazê-los buscar aliados nas Forças Armadas. Ninguém bate na porta dos quartéis para tirar proveito dos conflitos políticos”, observa a pesquisadora.

O caso do Uruguai é parecido: há consenso à esquerda e à direita sobre a subordinação militar ao poder civil e uma extensa lista de processos e prisões. Já o Chile realizou uma Comissão da Verdade imediatamente após o fi-

nal da ditadura e, logo nos anos 1990, começou a se movimentar para condenar militares – houve várias condenações, que seguiram até tempos recentes. Ainda assim, foi um processo cheio de regalias (construíram uma prisão especial para oficiais presos) e não alcançaram o maior líder, Augusto Pinochet, que chegou a ser processado, mas principalmente por ações internacionais. Resta ao Chile também fazer o *rechazo* da Constituição da era Pinochet.



Gustavo Petro, ao assumir a presidência da Colômbia, varreu a cúpula militar e policial para mostrar que o comando é do poder civil

Colômbia: militarizada, mas sem golpistas

Os colombianos têm as Forças Armadas mais bem equipadas do continente. E não é à toa: ao contrário do Brasil, os vizinhos, de fato, ficaram mais de 50 anos em guerra – e ainda enfrentam alguns resquícios desse conflito.

Os militares combatem grupos armados na selva, participam de ações de segurança em centros urbanos e, também, têm um grave histórico de abusos: o mais notório é o caso dos “falsos positivos”, o

assassinato de pelo menos 6.402 civis dados como baixa de guerra pelo Exército durante 2002 e 2008, no governo de Álvaro Uribe Vélez. No entanto, como na Argentina e no Uruguai, os crimes não ficaram impunes: até hoje eles respondem na Justiça pelos crimes cometidos.

A participação política também é completamente tolhida para quem estiver fardado. “Os que estão na ativa não têm o direito de votar desde 1932 e se consideram

institucionalmente como um órgão politicamente não deliberativo”, apontam Eduardo Pastrana Buelvas e Diego Vera no livro recém-lançado *Relações cívico-militares na região sul-americana*, com pesquisas sobre Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru.

“A Colômbia é um excelente exemplo do que pode ser feito. Tem uma classe política muito militarista, mas que sempre exerceu bastante controle sobre os militares. Já

o Brasil tem uma sociedade militarista e com pouco controle dos militares”, compara Marina Vitelli. Na eleição deste ano, uma declaração do general Eduardo Zapateiro contra o então candidato Gustavo Petro causou furor no país, justamente pelo impedimento de se envolver em assuntos políticos. Logo depois de assumir a Presidência, Petro não titubeou em varrer a cúpula militar e policial, para mostrar mais uma vez que o poder civil está no comando.

Costa Rica: país sem FFAA

Há um país na América Latina que nem precisa se preocupar com a interferência dos militares, porque lá as Forças Armadas foram abolidas: é o caso da Costa Rica, que, desde 1948, vive muito bem e obrigado sem eles. Essa mudança permitiu remanejar mais verbas para serviços de saúde e educação, cuja cobertura foi

triplicada desde então. O país é o mais próspero da América Central e o único daquela região a fazer parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Um cenário assim parece distante no maior país da América Latina, mas não porque haja uma verdadeira necessidade das insti-

tuições militares. “Se o Brasil entende que não tem chance de entrar em guerra, tem que acabar com as Forças Armadas. Eu não vejo um cenário de invasão, não vejo a menor possibilidade disso ocorrer”, defende Juliano Cortinhas.

Os analistas consultados pela reportagem consideram que a hipótese de acabar com os milita-

res brasileiros não deve ter futuro, porém há outras possibilidades para limitar as Forças Armadas. “Elas deveriam ser muito menores e mais bem equipadas. Elas precisam de condições para operar com alta tecnologia, para combater invasões hackers, por exemplo. Hoje em dia não há capacidade para isso”, observa o professor da UnB.



Cena do filme *Argentina, 1985*, que é inspirado no julgamento dos líderes militares da ditadura naquele país

Indígenas urbanos lutam por reconhecimento e acesso às políticas públicas



Foto: Igor Sperotto

Em meio à movimentação em torno da promessa de criação do Ministério dos Povos Originários, comunidade estabelecida no Rio Grande do Sul afirma que mais de 315 mil descendentes em todo o país vivem nas cidades e seguem sofrendo invisibilidade e preconceito por descrédito sobre suas origens

por Adriana Lampert

Em um universo de mais de 900 mil indígenas espalhados por todo o Brasil (segundo o Censo de 2010) que celebram a criação de um Ministério dos Povos Originários, prometido pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, um terço desta população teme seguir vivendo às margens da sociedade, por conta do apagamento que leva ao descrédito sobre suas origens. São mais de 315 mil descendentes em todo o Brasil, que habitam o contexto urbano com dificuldade de acesso a políticas públicas, e que sofrem, diariamente, preconceito e invisibilidade. Os números ainda serão atualizados no próximo Censo, o qual deve ser

publicado ainda em 2022, portanto, esse universo pode ser maior.

No Rio Grande do Sul, a liderança da única entidade criada em todo o país para representar os descendentes que vivem nas cidades tem chamado atenção para os dados, uma vez que os números apresentados para a população indígena do Brasil também podem ser subestimados. Isso porque, em muitos casos, há quem se declare pardo na tentativa de fugir do preconceito, ou mesmo por falta de autorreconhecimento étnico. “Esse grito de pertencimento que foi silenciado já entre os nossos ancestrais é também de pessoas indígenas-afro que vivem fora do contexto das aldeias e qui-

lombos”, destaca a cacica Kerexu Takuá – também conhecida por Alice Guarani –, coordenadora do Centro de Referência Indígena-Afro do Rio Grande do Sul (Cria-RS). “A discriminação ocorre porque a maioria das pessoas entende que perdemos nossos costumes pelo fato de vivermos na cidade.”

A cacica Alice também coordena o Levante Indígena Urbano do Rio Grande do Sul e a Rede Indígena POA, criada para recolher doações para mulheres indígenas. Integrante da Articulação Nacional de Indígenas em Contexto Urbano e Migrantes e da Grumin – Rede de Comunicação Indígena, ela começou sua trajetória nos movimentos sociais quando tinha 12 anos de idade. Em 2018, foi a primeira mulher indígena Guarani a ingressar pelo sistema de ações afirmativas na Universidade Federal de Pelotas, para cursar Pedagogia. Idealizadora do Cria-RS – o qual surgiu a partir de um processo de ocupação para retomada de território indígena na capital –, ela agrega no local mulheres integrantes dos povos Guarani, além de quilombolas e indígenas Warao. O núcleo da comunidade conta com mais de 40 pessoas, que discutem a questão territorial desde 2017, através de diversas ações.

Situado na Travessa Comendador Batista, no bairro Cidade Baixa, o local é mais que um território de cruzamentos de caminhos indígenas originários da periferia de Porto Alegre, do Amazonas e da Venezuela. Especialmente no que diz respeito ao povo Guarani-Mbyá, o Centro de Referência Indígena-Afro acolhe mulheres indígenas que transitam entre as aldeias próximas e o centro urbano da capital, vendendo seus artesanatos.

“O reconhecimento do corpo e do território, independente do contexto, é a nossa principal reivindicação”, destaca a cacica. Ela sinaliza que cerca de 7% da comunidade indígena vive em periferias – e não em aldeias. “Cada vez mais, as mulheres indígenas nos procuram para fazer parte do Centro e retomar suas origens”, informa. Esse é o caso da professora de dança Caroline Mendes Pereira (36 anos), cuja família é da fronteira de Uruguaiana e veio

para Porto Alegre em 1986, quando se estabeleceu na zona rural.

Foi a partir dos 30 anos e de capacitação e busca por conhecimento que Caroline se entendeu como afro-indígena (filha de mãe descendente de negros e pai descendente de indígenas). “Até então, quando preenchia um formulário, por exemplo, ficava em dúvida me perguntando se no meu caso eu era parda, pois minha família não tem referências históricas e meus pais também não tinham conhecimento da identidade deles.” A professora de dança declara que até mesmo a linguagem que utiliza em seu trabalho e tudo o mais no seu dia a dia e modo de viver “passou a fazer sentido” quando conseguiu resgatar as memórias ancestrais e, assim, se “empoderar”. “Participar do Cria-RS é estar vivendo na prática a possibilidade real de ser vista e não ser novamente silenciada”, confessa, embasando a importância do projeto de luta por reconhecimento de corpos e territórios indígenas em contexto urbano.

Estudante de Psicologia, Luisa Severo da Silva (23 anos) também participa das rodas de conversas promovidas semanalmente pelo Centro de Referência Indígena-Afro. “Eu sou de uma família de classe média e meu pai tem muito envolvimento na luta da comunidade negra”, explica. “Estas questões de identidade sempre foram muito presentes na minha vida, mas foi durante a pandemia de Covid-19 que eu busquei minhas referências, inclusive no que se refere à identidade de gênero, pois sou uma mulher trans.” O fato de não ter aparência indígena foi um dos motivos pelos quais Luisa não fazia ideia de sua verdadeira ancestralidade. “Apesar de não ter o reconhecimento de muitas pessoas, pelo fato de eu não possuir o fenótipo indígena, eu me sinto pertencente e lamento que muita gente não faça ideia de suas origens, porque essas coisas são silenciadas na nossa sociedade – e assim, as pessoas vão perdendo suas identidades. Considero muito importante que se faça um resgate entre os indígenas não aldeados”, finaliza.

Leia a íntegra da reportagem:
www.extraclasse.org.br



Foto: Igor Sperotto

Quem é o diverso e complexo eleitorado evangélico

por Marcelo Menna Barreto

Não é de agora que o crescente eleitorado evangélico é disputado por partidos e candidatos, sejam em pleitos municipais, estaduais ou federais. Se, no começo do século, quando representavam 15% da população já definiam eleições, hoje representam um terço dos brasileiros. Não foi à toa que em seu primeiro mandato, de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tinha a seu lado como vice um empresário evangélico, José Alencar (1931 – 2011), e que passou por PMDB, PL e PRB, chegando a acumular, mesmo sendo civil, o cargo de ministro da Defesa em 2004

Que as estatísticas oficiais do Brasil estão defasadas, não é novidade. No entanto, enquanto não saem os números do Censo nacional promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), prognósticos extraoficiais dão conta de algo que é visto a olho nu: o movimento evangélico no país não para de crescer.

Os evangélicos, que se subdividem em diversas igrejas, representavam apenas 9% da população no início dos anos 1990; passaram para 15,6% no começo dos anos 2000 e, agora, no mínimo, segundo o Datafolha, passam de um terço da população.

Diante disso, nenhuma discussão séria sobre o país deve desconsiderar esse crescimento.

Para o doutor em Sociologia e pesquisador do Instituto de Estudos da Religião (Iser), o pastor batista Clemir Fernandes, o perfil do evangélico no Brasil é quase impossível de se identificar. "Primeiro, porque ele está em todas as classes sociais hoje", pondera.

Do ponto de vista da racialidade, aponta haver "uma ampla maioria de evangélicos negros nas igrejas pentecostais".

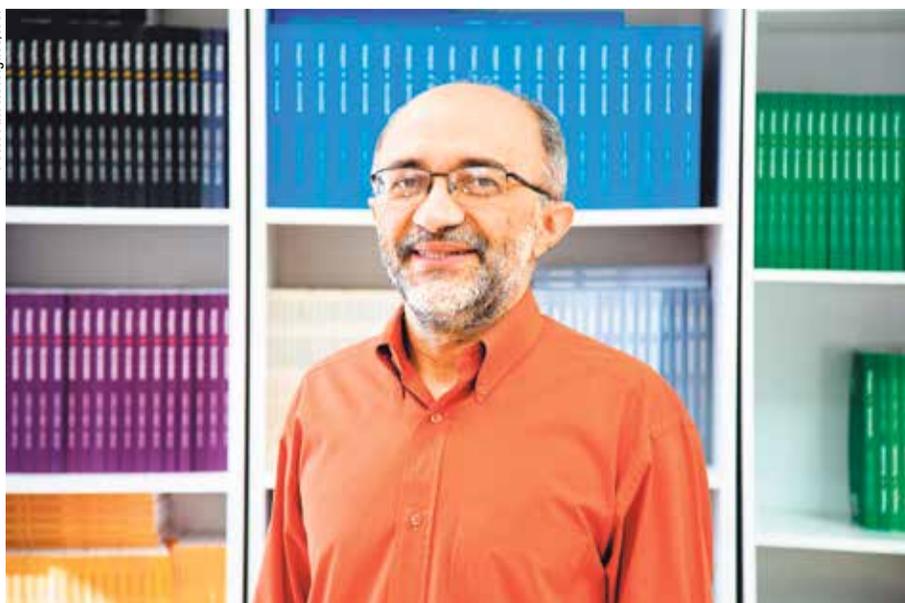
Inclusive, diz Clemir, estudos aventam a possibilidade de existir percentualmente maior número de negros no evangelismo do que nas próprias religiões de matriz africana.

Do ponto de vista político, em 2018, José Eustáquio Diniz Alves, doutor em Demografia e professor titular do mestrado e doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE), afirmava que os resultados eleitorais não tinham deixado dúvida naquele ano em "que Jair Bolsonaro foi eleito, fundamentalmente, com o voto evangélico, quando se considera a variável religião".

Clemir, por outro lado, contempora. "Há uma discussão muito forte sobre voto evangélico, mas também se o voto chamado católico representa a religião propriamente dita."

Entre pesquisadores, atesta Cle-

Foto: A. F. Rodrigues/Iser



Pastor batista Clemir Fernandes, doutor em Sociologia e pesquisador do Instituto de Estudos da Religião (Iser)

mir, tem os que afirmam que ele representa o voto do cidadão médio brasileiro que, por identidade histórica, é católico. "Em geral, essa pessoa (católica) vai menos à igreja que o fiel evangélico", completa.

Já para o pastor Filipe Gibran, "ninguém mais está dando conta de viver do jeito que as atuais grandes igrejas evangélicas são. Virou cinismo, hipocrisia. Brinco que se criou o evangélico não praticante".

Ele, que é formado em Direito, Filosofia e Teologia, garante que, "na real", são as igrejas neopentecostais que mais crescem.

"É um público de 'crentes' muito rotativo. Vai um dia na Universal, outro na Mundial. Vai na medida que tem um problema a ser solucionado, como algo mágico", pontua ele, que é fundador de uma microigreja, como chama, *A Comunidade do Reino*, de Belo Horizonte.

Jovens evangélicos são mais abertos

A proliferação de igrejas, aliás, é uma característica muito forte. Em parte, grande responsável pelo avanço evangélico no país.

"Nas denominações são na ordem de milhares. Milhares", acentua Clemir Fernandes.

Denominações são grupos de igrejas que atuam em redes. Há ainda, lembra o pesquisador, uma infinidade de igrejas evangélicas sem vínculo nenhum com uma ou outra denominação.

O pastor Filipe Gibran fala que integra um grupo que está viven-

do um paradoxo. "Pensar novos paradigmas", modelos ou padrões a seguir em sua fé e não ser visto como pauta para os meios de comunicação.

"Essa molecada nova que é a minha geração – tem um monte de gente como eu de trinta, trinta e poucos anos – está abrindo igrejas", diz.

Lembrando que nos últimos dias 2, 3 e 4 de dezembro aconteceu, em São Paulo, um encontro chamado *Novas Narrativas Evangélicas*, Gibran lança um apelo: "Seria interessante para dar uma força para a

gente que está na luta pensar pautas que reflitam que nem toda Igreja é conservadora", assegura.

Exemplos não faltam. Além da microigreja de Gibran, outras se somam. É o caso da *Igreja Batista do Caminho*, do pastor Henrique Vieira, recém-eleito deputado federal pelo PSOL/RS, que se autointitula antifundamentalista; a *Igreja Batista Alternativa*, do pastor Rodolfo Capler, entre outras, e as igrejas evangélicas inclusivas, que militam entre a população LGBTQIA+, como a *Acalanto*, a do

Movimento Espiritual Livre e a *Comunidade Cristã Nova Esperança*.

Já há pastores evangélicos assumidamente homossexuais e, em 2017, Alexya Salvador se tornou a primeira pastora transgênero da América Latina na *Igreja da Comunidade Metropolitana* (ICM), em São Paulo.

Na própria ICM, surgiu no ano passado a *ICM Séfora's*, a primeira igreja trans do Brasil. Lá, a pastora Jacque Chanel, mulher transexual, acolhe fiéis trans, travestis e muitos moradores em situação de rua.

Para quem é da capital Para quem é do interior

Obras em casa?

Sossego para estudar?

Nova orla do Guaíba?

Shows e espetáculos?

25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS
casadoprofessor.sinprors.org.br

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do
PROFESSOR
Hotel

Da vanguarda cristã contra o feudalismo ao retrocesso contemporâneo

Foram muitos os relatos de coerção eleitoral praticada por grandes lideranças evangélicas (em especial, pastores pentecostais e neopentecostais). Extrapolando o conservadorismo, na reta final do pleito, foi usada a estratégia do medo para convencer fiéis optarem pela candidatura de Bolsonaro.

Tanto para Gibran quanto para Clemir, isso significa um paradoxo. Ambos denunciam pressões que envolveram, inclusive, o afastamento de pastores de suas igrejas que resistiram a ceder a estas práticas de voto de cabresto.

O protestantismo, lembra Clemir, surge de um ambiente histórico de “uma consciência libertada do jugo do senhor feudal”.

Ele assim traça um paralelo

com a Igreja Católica para explicar um motivo da proliferação dos evangélicos.

Segundo o pesquisador do Iser, enquanto o catolicismo seria “filho da antiguidade”, o protestantismo é “filho da modernidade”. “Não existe protestantismo sem que antes tenha tido o Renascimento, a redescoberta das línguas, a leitura dos textos originais, a compreensão do mundo sob outra ordem. Os três ‘R’: Renascimento, Reforma Protestante e Revolução Francesa”, elenca.

Enquanto o catolicismo apresenta uma estrutura piramidal, fruto da cultura do Império Romano, Clemir vê no chamado, a grosso modo, protestantismo histórico a abertura para a diversidade.

“Ele já nasce diverso porque

a diversidade não é só porque Lutero disse que a pessoa está livre para ler e interpretar os textos sagrados; é porque já não havia mais possibilidade de alguém querer interpretar os textos sozinho. A consciência tinha sido libertada. A consciência filosófica e política que se liberta do senhor feudal, do mandatário, do absolutista”, narra.

Historiadores não negam. Sem a Reforma protestante, os ideais iluministas seriam abafados pela opressão do catolicismo da época. Os ideais de liberdade e igualdade da Revolução Francesa teriam que esperar.

Mas, de um tempo para cá, em especial nas grandes denominações, vê-se uma espécie de retrocesso.

Clemir diz que – apesar do embasamento ser em pesquisas de opinião a respeito do voto neste ano – os cerca de 35% de evangélicos que não se dobraram à pressão das lideranças religiosas para a reeleição de Bolsonaro é sinal de que “houve resistência”.

Ele, que chegou a dizer que o voto de obediência de um sacerdote católico ao seu bispo, um ser humano, remonta o mundo antigo, “onde as relações de vassalagem e autoritarismo eram aceitas como tal”, é um conceito impossível de um protestante aceitar, concorda com o questionamento da reportagem de *Extra Classe*: “Sim, há um paradoxo (na campanha pró-Bolsonaro das lideranças evangélicas). Isso (a opção por Bolsonaro) poderia ter sido muito mais diluído”.

Bebendo em fontes católicas

Filipe Gibran entende que muito do que aconteceu é fruto de um “evangeliquês cruel e triste”, gesta-

do em processos norte-americanos.

Para ele, o complexo é que não se tem entre os evangélicos uma

unidade teológica. “Cada igreja está pensando alguma coisa. Essas igrejas nem têm mais uma relação com Lutero. O que ele fez foi importante, ok, mas não tem mais relação. Não dá nem para denominar que a gente é protestante”, acredita.

De certa forma, há uma ironia aí. Um movimento que surgiu pregando a possibilidade de uma livre interpretação das escrituras e até na forma de se organizar, ganha na voz do jovem pastor a crítica de haver uma dispersão de pensar teológico.

Mais irônico ainda é que pastores como Gibran e Henrique Vieira têm como referência religiosos e teólogos católicos, como o bispo Dom Helder Câmara, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, Frei Betto e Leonardo Boff.

“Vou chamar de teólogos latino-americanos, porque já há uma galera pós-eles que está produzindo coisa muito boa, mas não chama de Teologia da Libertação. Eu chamo de teologias latino-americanas. Tem dentro delas libertação, mas também se aprofunda no indigenismo, na negritude”, opina Gibran.

Ele ainda cita “os caras da Europa que nos influenciam muito”. Entre esses teólogos, estão os sa-

cerdotes católicos José Antônio Pagola, espanhol, e o galego Andrés Torres Queiruga.

Nos evangélicos-raiz, estão o pastor batista brasileiro Ariovaldo Ramos e o equatoriano René Páddilla, que cunhou o termo Teologia da Missão Integral no início dos anos 1970, uma variante protestante da Teologia da Libertação católica.

“Na forma como a coisa vem, a gente é bem mais evangelicalizado. A gente, agora, está tentando subverter isso, pensando sobre a América Latina, sobre uma teologia indigenista, uma teologia negra”, fala Gibran. Em seu pensar, que se insere na já citada *Novas Narrativas Evangélicas*, o pastor ainda se contrapõe a um pensamento clássico do protestantismo: o de que a “salvação” se dá via relação individual do crente com Deus.

“Na leitura do texto bíblico, da história do povo de Deus, dos profetas dos séculos 7 e 8, é possível dizer que existe salvação individual; você ter uma relação pessoal com a divindade. Eu até concordo. Mas eu acho que – na minha perspectiva, falando assim de soteriologia (*Nota da redação: o estudo da salvação humana*) – acho mesmo que o que salva a humanidade é o processo de coletividade.”



Foto: Marcelo Menna Barreto

Filipe Gibran, pastor da microigreja A Comuna do Reino, de Belo Horizonte

Um breve histórico

Clemir Fernandes afirma que os evangélicos no Brasil estão em três grandes tipologias comumente usadas: protestantismo histórico, pentecostalismo e neopentecostalismo.

Para ele, isso resume de uma maneira até grotesca os autoproclamados evangélicos. "São definições aproximadas, mas que nunca dão conta do todo; um nome imposto pela mídia nos anos 1980. Antes disso, não existia."

Os evangélicos históricos seriam aqueles que surgiram diretamente da reforma protestante no século 16 ou que são descendentes imediatas desse movimento. "Luteranos, presbiterianos, batistas, metodistas, congregacionais, que é uma outra denominação, são os cinco blocos vinculados", descreve.

Tempos atrás, recorda ele, o IBGE também chamava de Protestantismo de Missão, porque essas igrejas aportaram no Brasil em projetos missionários da Europa e dos Estados Unidos. Depois, vem o pentecostalismo chamado de clássico, o primeiro pentecostalismo. Sua matriz no Brasil se iniciou com a Congregação Cristã no Brasil (CCB)

e a Assembleia de Deus (AD). A Assembleia de Deus, explica Clemir, tem origem na Suécia. Conforme ele, os primeiros missionários "na origem eram batistas. Nos Estados Unidos tiveram a experiência de 'falar em línguas', como eles dizem".

Os primeiros missionários da AD, os sueco-americanos Gunnar Vingrem e Daniel Berg, aportaram, em 1911, em Belém do Pará, onde fundaram a primeira igreja.

Muito importante em São Paulo, especialmente onde tem a sua sede, a CCB foi fundada pelo italiano Luigi Francescon. Ele, da Itália, foi para os Estados Unidos. Lá, relata Clemir, teve uma experiência de conversão pentecostal, veio para o Paraná, onde fundou sua igreja em 1910, que, após, se fortaleceu em São Paulo.

Expoentes do segundo pentecostalismo, aponta o pesquisador do Iser, surgem nos anos 1960. Entre elas, estão Deus é Amor e Igreja do Evangelho Quadrangular.

Já o neopentecostalismo começa a proliferar nas décadas de 1970 e 1980, quando entram em cena igrejas como a Universal do



Foto: Igor Sperotto

Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Igreja Mundial do Poder de Deus e, com ela, a chamada Teologia da Prosperidade.

"Não é o pentecostalismo clássico que tinha a ênfase de falar em línguas e na crença das curas divinas, mas que tem ênfase na utilização dos meios de comunicação de massas, rádio, TVs", esclarece Clemir. Interessante que nesse histórico das igrejas evangélicas no Brasil, como se vê na "galera" do pastor Gibran, uma espécie de sincretismo também começa a acontecer. "Eu sei que é difícil, mas nunca dá para colocar em chaves fechadas. Hoje vai se encontrar muitas igrejas do protestantismo histórico influenciadas pela Teologia da Libertação católica e vai encontrar igrejas

neopentecostais que se tornam neocalvinistas, que abrem mão e criticam a teologia da prosperidade. O mundo evangélico é muito complicado de se entender a olho nu", ri.

Um exemplo é o pentecostalismo de um Silas Malafaia, que mudou muito em relação ao que é o pentecostalismo clássico. Hoje, ele se influencia também de experiências neopentecostais e usa fortemente os meios de comunicação e adota a Teologia da Prosperidade.

A Teologia da Prosperidade é uma corrente doutrinal que tem por princípio que o cristão tem que ser vitorioso em todas as áreas de sua vida: espiritual, física e financeira. Apesar de ganhar proeminência nos Estados Unidos nos anos 1950, ela se fortificou no televangelismo dos anos 1980.

Números que impressionam

Devido aos adiamentos promovidos pelo governo Bolsonaro na realização do Censo nacional, o Iser considera que uma pesquisa do Instituto Datafolha, publicada em 2020, é – por enquanto – a fonte mais qualificada e recente para se avaliar o quadro atual das religiões no Brasil.

Se nos dados defasados do IBGE, em 2010, os evangélicos representavam 22,89% da população

brasileira, o estudo do Datafolha apontou um índice estimado de 31%.

Levando em consideração a margem de erro de 2% para mais ou para menos, os dados coletados em 2019 não descartam um crescimento de 10 pontos percentuais.

Para se ter uma ideia desse movimento que apresenta um significativo crescimento no país – a ponto de ser visto como fator de

decisão em vários pleitos nacionais –, a população evangélica teve um aumento estimado de 49% entre os anos de 2010 e 2019.

Quase que dobrando em nove anos, os evangélicos, dentro das estimativas atuais, tiveram entre si um acréscimo que praticamente representa 10% de toda a população brasileira prognosticada em 2019.

Foi um salto de 21,5 milhões

de pessoas, diante dos dados do IBGE de 2010. Na ocasião, os números consolidados do Censo registravam 43,6 milhões de evangélicos no país.

Frente à hipótese apontada de 65,1 milhões de indivíduos dessa vertente do cristianismo em uma população brasileira estimada em 210,1 milhões, são números que impressionam.

Pode comparar! Até os nossos preços são melhores.

Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Faça uma simulação de valores e saiba mais em:
sinprors.org.br/saude | 051 4009.2930 | convenios@sinprors.org.br

Unimed | CCG Saúde | Notre-Dame Intermédica | UNIODONTO | sinprosaúde | SINPRO/RS Sindicato Cidadão



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

A democracia brasileira precisa de um exorcismo

A democracia brasileira está sendo assombrada por seres retornantes que já viveram na história do país em diferentes momentos. Os fantasmas do autoritarismo, do fascismo e agora, explicitamente, do nazismo



Foto: Igor Sperotto

Derrida disse que um fantasma é sempre um ser retornante. Sem entrar nas complexas suposições e implicações psicanalíticas dessa afirmação, queria tomá-la para fazer uma reflexão sobre o que está acontecendo no Brasil neste final de 2022. A democracia brasileira está sendo assombrada por seres retornantes que já viveram na história do país em diferentes momentos. Os fantasmas do autoritarismo, do fascismo e agora, explicitamente, do nazismo estão visíveis por toda parte: na frente de quartéis, nas estradas, nas ruas, em restaurantes, escolas, aeroportos, redes sociais e por aí vai. É como se uma parte da sociedade brasileira estivesse possuída por esses espectros que saíram das sombras e ganharam a luz do dia. A metáfora da possessão não parece exagerada quando se veem as cenas bizarras de pessoas fazendo rituais de invocação passando os celulares sobre a cabeça, pedindo intervenção de generais ou mesmo de seres extraterrestres.

O retorno dos fantasmas, no caso brasileiro, está diretamente ligado à impunidade e à falta de responsabilização pelos seus atos do passado. Seguindo ainda a

metáfora da possessão, é como se eles tivessem permanecido adormecidos nas profundezas do tecido social brasileiro, aguardando o momento propício para retornar. Quem já viu filmes sobre exorcismo sabe que uma das condições para que o demônio deixe o corpo possuído é que ele diga o seu nome ao padre ou condutor do ritual.

No artigo "Nomear o espectro" (Sul21 - 29/11/2022), os psicanalistas Alexei Conte Indursky e Norton Cezar Dal Follo da Rosa Jr. falam sobre a importância do ato de nomear "para que possamos nos responsabilizar por algo que aconteceu". Na história brasileira, a ausência de nomeação é dupla: os fantasmas que retornaram tentam ocultar seu verdadeiro nome e aqueles que estão sendo assombrados, nós todos e todas no caso, resultam também em identificá-los.

Também como nos filmes de terror, as assombrações têm manifestações de violência física que foram se tornando cada vez mais frequentes ao longo do ano. Após o segundo turno, que decretou a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, elas se materializaram em bloqueios de estradas, ameaças, agressões verbais e físicas em ambientes diversos e ataques a opositores políticos.

Em Santa Catarina, por exemplo, a vereadora Maria Tereza Capra (PT), de São Miguel do Oeste, passou a sofrer ataques e ameaças depois que denunciou a realização de atos antidemocráticos na região que ganharam visibilidade nacional com a cena de bolsonaristas cantando o hino nacional e imitando a saudação nazista. Também em Santa Catarina, a vereadora Giovana Mondardo (PCdoB), de Criciúma, foi ameaçada de cassação por criticar esse tipo de manifestação. A acusação feita para justificar tal pedido (que acabou sendo arquivado) é que ela estaria dando "visibilidade negativa e ofensiva" ao estado de Santa Catarina.

A tolerância (e conivência) de autoridades policiais e militares em relação a esses atos foi, até o final de novembro, inversamente proporcional àquela demonstrada em relação a manifestações de sindicatos, estudantes, movimentos sociais e populares, quando o "braço armado" da lei costuma agir rápido e forte. Essa postura tímida, para usar uma palavra generosa, também faz parte do cenário de assombração que paira sobre a democracia brasileira, uma vez que boa parte dessas instituições policiais e militares é composta por protagonistas do ro-

teiro de impunidade (em relação à violência do Estado) que marca a história do Brasil.

É um ciclo que se repete: violência, impunidade dos agentes do Estado, mais violência, ambiente ainda mais contaminado agora com a propagação de discursos de ódio e morte pelas plataformas digitais e na vida concreta. Aos fantasmas que ressurgem do passado, somam-se novas encarnações do mal, da violência e da morte com roupagem própria do tempo presente.

Praticamente não há dia em que não tenhamos notícia de um crime que brotou desse solo. E isso ocorre envolvendo patamares de violência cada vez maiores, como ocorreu no dia 25 de novembro, em Aracruz (ES), que foi palco trágico de um duplo atentado contra duas escolas, praticado por um jovem de 16 anos, que provocou a morte de quatro pessoas, três professoras e uma estudante. Segundo a Polícia, o adolescente autor do ataque contra as escolas usou duas armas de responsabilidade do pai, um policial militar.

A democracia brasileira parece estar precisando de um exorcismo para se livrar definitivamente dessas encarnações da morte e da violência que vem escalando em um clima que parece não ter fim.

Credores aprovam Recuperação Judicial da Aelbra

Por maioria de votos, a Assembleia Geral de Credores da Aelbra, mantenedora da Ulbra, aprovou Plano de Recuperação Judicial e encerra uma disputa iniciada em maio de 2019

por Gilson Camargo

Decorridos mais de três anos e meio desde o pedido de recuperação judicial feito pela Aelbra, mantenedora da Ulbra, ao Judiciário gaúcho, a Assembleia Geral de Credores (AGC) aprovou, no dia 25 de novembro, o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) para liquidação das dívidas da instituição.

O PRJ aprovado define as condições para a recuperação financeira e a manutenção das instituições de educação superior e das escolas de educação básica.

A quitação das dívidas trabalhistas até o limite de R\$ 361 milhões terá como base um em-

préstimo especial (DIP) e recursos oriundos da alienação de duas instituições em Rondônia (quitação de saldo) e imóveis da Aelbra.

O PRJ teve a aprovação de 98,93% dos credores trabalhistas (Classe 1), 100% na Classe 2 (credores com garantia real), 90,48% dos credores da Classe 3 e 62,98% dos créditos desta classe (qui-rográforos – credores sem garantia real) e 100% da Classe 4 (micro e pequenas empresas).

Após a aprovação pela AGC, o Plano será submetido à homologação da 4ª Vara Cível de Canoas.

DISPUTA JUDICIAL – O pedido de Recuperação Judicial da Ael-



Foto: Igor Sperotto

O pedido de Recuperação Judicial da Aelbra foi encaminhado ao Judiciário em maio de 2019 para evitar um processo de falência

bra foi encaminhado ao Judiciário em maio de 2019 para evitar um processo de falência diante do agravamento dos passivos da instituição. De acordo com o processo, as dívidas da Aelbra com as quatro classes de credores são superiores a R\$ 3,3 bilhões.

Em dezembro de 2021, a AGC rejeitou um Plano de Recuperação Judicial, que, no entanto, foi homologado pelo juízo da 4ª Vara Cível de Canoas, a qual anulou o voto contrário do Banrisul por considerá-lo como “ato abusivo”, responsável pela rejeição do plano.

A recuperação judicial da instituição, contudo, foi suspensa em

janeiro de 2022 pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), atendendo liminarmente a um recurso interposto pela União para que a Aelbra regularizasse uma dívida de cerca de R\$ 5 bilhões com a Fazenda Nacional. A decisão foi posteriormente modificada com indeferimento final do recurso, o que permitiu a continuidade do processo de recuperação judicial.

Em março deste ano, a Aelbra foi assumida pela Rede Evolutiva de Educação, de São Paulo. A suspensão temporária da RJ e a modificação do controle societário definiram o ambiente para a elaboração de um novo Plano de Recuperação.

DECISÃO

Justiça homologa PRJ da Rede Metodista

Em decisão proferida no dia 3 de dezembro, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) homologou o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) Modificativo da Rede Metodista.

O PRJ havia sido submetido à Assembleia Geral de Credores no dia 22 de novembro, tendo obtido aprovação por maioria de votos dos presentes. O voto contrário do Banco do Brasil, detentor de 80% dos créditos da Classe 3, implicou na rejeição do Plano.

Logo após a Assembleia, a Rede Metodista, o Sinpro/RS e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) peticionaram ao

Ministério Público e ao judiciário pela anulação do voto do banco.

O pedido foi aceito pelo juízo, que considerou abusiva a posição da instituição bancária e homologou o Plano apresentado pela Rede Metodista.

O advogado Caio Vitória, assessor do Sindicato nos processos de RJ, destacou que o voto do BB foi “evidentemente abusivo”, pois “decorre de um credor que detém mais de 70% dos créditos e não transige em prejuízo de dezenas de credores da mesma classe e milhares nas outras classes de credores”.

DECISÃO – “O fato do Banco do Brasil ser credor dominante da

classe impunha a ele dever maior do que aquele atribuído a outros credores no sentido de buscar saídas para o sucesso do plano de recuperação judicial, justamente em função de que seu voto negativo implicaria na falência das recuperadas”, destacou em sua decisão o juiz Gilberto Schafer, da Vara Empresarial do TJRS.

“A atitude do Banco do Brasil – e dos bancos em geral – nas recuperações deveria ser pautada por uma ética da responsabilidade e não por uma ética da convicção”, citou.

O magistrado destacou a manifestação da Contee e seus sindicatos filiados e destacou a atuação do Sinpro/RS.

“Importante a voz do sempre reconhecido, combativo e responsável Sindicato dos Professores do Estado do RS – Sinpro/RS, para quem a rejeição do PRJ, na forma em que ocorreu, acarretará em incalculáveis prejuízos a toda a comunidade educacional, podendo resultar na inviabilidade da operação da Instituição de Ensino, o que traria consequências gravíssimas a todo corpo de professores e de funcionários técnicos e administrativos, bem como aos milhares de estudantes matriculados – e em vias de se matricular – nas instituições mantidas pela recuperanda”, manifestou Schafer na decisão.

Professores definirão orçamento 2023 do Sinpro/RS em Assembleia



Foto: Igor Sperotto

Professores decidem coletivamente, em Assembleia, orçamento e investimentos do Sindicato para o próximo período

O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) realizará no Hotel Intercity (Av. Borges de Medeiros, 2.145), no dia 17 de dezembro, às 14 horas, de forma híbrida, Assembleia Geral dos professores para a definição do Orçamento da entidade para 2023. Realizada anualmente em dezembro, é nesta Assembleia que os professores associados aprovam as receitas, analisam e votam sobre os investimentos que serão feitos no próximo ano.

“Trata-se de um momento muito importante, pois os professores também estarão defendendo os servi-

ços que podem acessar junto ao Sindicato”, destaca Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. Entre os serviços, ela destaca a assistência jurídica gratuita; a assistência e o acompanhamento do Sindicato em todas as rescisões contratuais; o Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP), integrado por uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, psicólogo e advogado; os convênios médicos e odontológico, o Hotel Casa do Professor, o *Jornal Extra Classe*.

A atuação do Sindicato nas

negociações coletivas com os sindicatos patronais (Sinepe/RS, Sindiman, Sindicreches, Sindepars e Sindiomas) e com o governo do estado (Uergs e Fundação Liberato), também é destacada pela diretora.

“A entidade desenvolve uma série de ações que visam melhorar as condições de trabalho dos professores, as quais também são contempladas pela previsão orçamentária”, explica. “As pesquisas que o Sinpro/RS realiza regularmente, como a do excesso de trabalho sobre o papel do professor na inclusão de alunos com defi-

ciência e as iniciativas para deter a jornada elástica do professor, são feitas com as contribuições e são decididas nestas assembleias”.

Para 2023, está na peça orçamentária uma pesquisa sobre o perfil da categoria, a qual tem como propósito estabelecer iniciativas que possam ir ao encontro das necessidades dos professores. Cecília observa que o Sinpro/RS não recebe nenhum tipo de auxílio governamental para o custeio das ações e enfatiza a importância de os professores contribuírem para a manutenção da sua entidade.

FUNDAÇÃO LIBERATO

Aprovada proposta para Acordo Coletivo

A Assembleia de Professores da Fundação Liberato, realizada no dia 30 de novembro, aprovou a proposta para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2023 dos docentes da instituição. O documento foi negociado pelo Sindi-

cato dos Professores (Sinpro/RS) e o Governo do Estado.

A proposta aprovada prevê o reajuste salarial de 6%, retroativo à data-base (1º de março), datas para o pagamento das duas parcelas do 13º salário, reajuste de

6% do auxílio-alimentação, também retroativo a março, além da manutenção das demais cláusulas da ACT e da viabilidade de contratação de Plano de Saúde, sem necessidade de licitação.

Após a aprovação do documen-

to, o Sindicato deve formalizar o Acordo ainda em dezembro. Com mais de 50 anos de existência, a Fundação Liberato é voltada à educação profissional de nível técnico, com 3,5 mil alunos matriculados.

NEGOCIAÇÕES

Docentes do Sesi e Senai definirão pauta de reivindicações

Nos dias 7 e 8 de dezembro, os professores da rede de educação básica do Sesi e Senai e os que atuam na Faculdade de Tecnologia do Senai decidirão, em As-

sembleia Geral, a pauta de reivindicações da categoria. A reunião será de forma virtual, promovida pelo Sindicato dos Professores (Sinpro/RS), e antecede o início da

negociação com o Sindicato Patronal (Sindepars).

Após a aprovação da pauta pela Assembleia de Professores, as reivindicações serão encami-

nhadas à patronal. As entidades, então, iniciarão o processo negocial que se encerrará após a aprovação pelos professores de uma proposta para Acordo.

Posse da nova gestão na Urcamp

No dia 1º de dezembro, tomaram posse o novo reitor e vice-reitor do Centro Universitário da Região da Campanha (Urcamp), em Bagé.

Depois de dois meses de disputa judicial e trocas de farpas, após a vitória da Chapa 1 nas eleições ocorridas em outubro, finalmente a ex-reitora Lia Quintana, da Chapa 2, derrotada nas urnas por pequena margem, deu posse ao novo reitor Antônio Evanhoé de Souza Sobrinho e ao vice-reitor Guilherme Cassão Marques Bragança.

Eles ficarão à frente da gestão da Urcamp de 2023 a 2026, quando ocorrerá novo processo eleitoral para a reitoria e para o Conselho da Fundação Áttila Taborda (FAT), man-

tenedora do Centro Universitário.

Em 8 de novembro, a desembargadora Ana Lucia Carvalho Pinto Vieira, da 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RS, indeferiu pedido de efeito suspensivo que beneficiaria a Chapa 2. Com a decisão, a Justiça manteve a liminar anterior que ratifica a homologação da vitória da Chapa 1 pela Comissão Eleitoral.

No dia 16 de novembro, o juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Bagé, Humberto Moglia Dutra, decidiu que o Conselho Superior da Urcamp também não tem competência como esfera recursal para mudar o resultado das eleições para a reitoria realizadas em outubro, uma vez que a mesma já está judicializada.



Foto: Sinpro-RS - Regional Bagé

A ex-reitora Lia Quintana passou o cargo ao novo reitor Antônio Evanhoé de Souza Sobrinho e ao vice-reitor Guilherme Cassão Marques Bragança

Anteriormente, no dia 10 de outubro, o juiz Humberto Moglia Dutra, da 1ª Vara Cível de Bagé, já havia concedido tutela de urgência, suspendendo os efeitos da decisão proferida pelo Conselho Diretor da Fundação Áttila Taborda (FAT), o qual havia dado vitória à Chapa 2. A decisão interna alterou o peso de votos de estudantes, uma

semana após já ter sido finalizado o pleito e homologada a vitória da Chapa 1 pela Comissão Eleitoral.

Embora a Justiça ainda não tenha proferido uma sentença em definitivo sobre o caso, todas as decisões preliminares foram favoráveis à Chapa 1 até agora, dando um indicativo de que não haverá mudança no resultado da eleição.

SINPRO/RS

Direção eleita toma posse no dia 16 de dezembro

No dia 16 de dezembro ocorrerá a posse da nova diretoria colegiada do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do RS (Sinpro/RS), em Porto Alegre. A direção foi eleita pela categoria por 94% dos votos para o man-

dato que iniciará de 1º de janeiro de 2023 e se estenderá até 31 de dezembro de 2025.

Ao todo, a direção do Sindicato será composta por 60 professores, que ocuparão cargos na Sede Estadual, na capital, e nas 13 regio-

nais da entidade, localizadas em diferentes cidades do Rio Grande do Sul.

PROCESSO ELEITORAL – Em todo o Estado, foram 19.760 professores associados ao Sindicato aptos votar, de acordo com o es-

tatuto do Sinpro/RS. As eleições do Sindicato ocorreram entre os dias 18 e 20 de outubro de 2022, em todo o Estado, e culminaram com a eleição da Chapa 1, única concorrente ao pleito, com 10.027 votos.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Contrarreforma e a aposentadoria do professor

Novos ventos de mudança mostram-se claramente em curso neste momento em que vemos destaques negativos com a desestruturação do Estado, das instituições, com o desmantelamento do SUS e reduções orçamentárias, no mesmo sentido a educação e os direitos sociais dos trabalhadores da área do ensino.

Claro está, seja pelos primeiros indicativos do governo de transição, seja pela redefinição orçamentária, haver linhas de pretensas modificações no campo dos direitos sociais, entre os quais o que mereceu atenção urgente do movimento sindical diz respeito à reavaliação e revisão da malsinada reforma trabalhista, cujo mote era a extinção do movimento sindical e garantias mínimas de trabalho.

Entretanto, é oportuno lembrar que tão grave ou mais foram as reformas afeitas aos destinatários da proteção social previdenciária e, mais uma vez, como ocorrido nos anos de 1981 e 1998, as reduções protetivas retiraram dos professores a aposentadoria especial.

Aliás, na reforma do governo que se esvai, uma das mais duras imposições restritivas atingira o coração do direito à aposentadoria especial, fixando idade mínima e tempo de contribuição exposto a agentes agressivos à saúde, para os trabalhadores submetidos a toda espécie de nocividade.

Estranhamente, enquanto no regime geral estas aposentadorias especiais tinham como paradigma a idade de 60 anos, vimos setores específicos, como o dos policiais – civis estaduais, policiais federais

e outros servidores –, terem como idade mínima para aposentadoria 55 anos, mostrando-se claro o descompasso da alegada proteção ao trabalhador. Se assim fosse, deveriam também os trabalhadores do regime geral – saúde, indústria, construção e outros – terem a mesma base etária como requisito para concessão.

Mas, em relação aos professores, como o descompasso e a descaracterização da aposentadoria especial remontam aos idos tempos de 1981, ainda assim algumas garantias foram consagradas, mas remanescendo, no caso concreto, a necessária implementação da idade mínima.

É notório que, no labor do magistério, os professores iniciam suas atividades com tenra idade, especialmente no ensino fundamental, não raro gerando obrigação de os trabalhadores exercerem seu mister por muito tempo além do mínimo legal exigível, quando é consabido o nível estressante e desgaste emocional, ocasionando, não raras vezes, doenças atinentes ao trabalho.

Para além da necessária revisão da reforma trabalhista, também deve estar na pauta dos movimentos sociais, em especial dos sindicatos, atenção múltipla para as malsinadas normas advindas da reforma previdenciária, entre elas, há de ser refletida a questão da idade mínima para o professor ultimar o direito à aposentadoria, não só pelas dificuldades com o avançar da idade, mas somado ao desgaste da atividade laboral na reprodução do conhecimento pelo ensino de qualidade.

ENSINO PRIVADO

Com eleição judicializada, Uergs nomeia reitor interino

A eleição para reitor e vice-reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) foi parar no âmbito judicial depois que a chapa derrotada no pleito recorreu à Comissão Eleitoral e ao Tribunal de Justiça (TJRS), pedindo a aplicação do fator de ajuste que lhe daria maioria de votos. O recurso foi deferido em primeira instância e ainda cabe recurso.

O professor Fernando Guaragna Martins assumiu o cargo no início de novembro, de forma interina, por determinação do governo do estado, e deverá conduzir a universidade até que seja concluído o processo de judicialização da eleição.

A eleição para reitor e vice-reitor da Uergs foi realizada em agosto.

De acordo com os índices divulgados pela Comissão Eleitoral da Uergs, no dia 9 de setembro, a Chapa 1, representada por Luciano Andreatta e Danni Maisa da Silva, recebeu 50,90% dos votos válidos (1.086 do total de 1.864, sendo 921 dos alunos, 105 do corpo docente e 60 do corpo técnico e de apoio administrativo).

A Chapa 2, composta pelo reitor que buscava a reeleição, Leonardo Beroldt, e pela vice-reitora, professora Rochele Santaiana, totalizou 49,10% dos votos.

Os representantes da Chapa 2 recorreram às instâncias internas, alegando aplicação equivocada da fórmula usada para calcular o percentual dos votos paritários das três instâncias votantes e a quantidade dos votos válidos.

O recurso foi negado pela Comissão Eleitoral da Uergs (CeUergs) e a Chapa 2 recorreu à Justiça.

A juíza da 7ª Vara da Fazenda Pública, Marilei Lacerda Menna, em despacho proferido no dia 14 de novembro, atendeu ao agravo de instrumento impetrado pela Chapa 2 e determinou à CeUergs a aplicação de fator de ajuste sobre o resultado da apuração.

Com a aplicação desse fator, a Chapa 2, composta pelos impetrantes da ação, o reitor que buscava a reeleição, Leonardo Beroldt, e pela vice-reitora, professora Rochele Santaiana, alcança 51,36% dos votos, enquanto a Chapa 1 cai para 48,64%.



Foto: UFRGS/Divulgação



Verão e as atividades físicas ao ar livre

Vamos para a rua?

Com a chegada da estação mais divertida do ano, ficamos mais motivados em sair para rua para caminhar, correr, pedalar, entre outras atividades ao ar livre.

Entretanto, para que isso ocorra de forma saudável, é indispensável estarmos atentos a alguns cuidados. Afinal, a ideia é se beneficiar dos exercícios físicos, do sol, da natureza e da energia que o ambiente externo proporciona.

O que dizem os especialistas

A dermatologista Giseli Stein, membro da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), adverte sobre a importância do uso do protetor solar e dos cuidados básicos para evitar queimaduras e até mesmo câncer de pele.

“Os níveis de radiação estão cada vez mais altos. Até mesmo em uma simples caminhada, não nos damos conta que o sol está ali, queimando nossa pele. Por isso, é importante reforçar o uso do protetor solar diariamente, com FPS mínimo de 30 até mesmo em dias nublados”, alertou a especialista.

De acordo com o Fisiologista do HCor – Hospital do Coração, em São Paulo, Diego Leite de Barros, a prática de esportes é sempre bem-vinda em qualquer estação, desde que realizada de forma correta e sem exageros ao organismo. No verão, as atividades devem ser praticadas nos horários em que o sol está menos agressivo. Outro fator determinante é a condição ambiental. O excesso de calor, a alta sensação térmica e a poluição das praias (areia e água) também devem ser levadas em conta”, afirma o especialista e reforça que, com a exposição às altas temperaturas, temos que ficar atentos à ingestão de água para evitar a desidratação e o excesso de sol nas horas de pico, a insolação.

Dicas para a prática esportiva no verão

- Capriche na ingestão de água (média entre 30 e 35ml/kg peso).
- Use protetor solar, mesmo em dias nublados.
- Use boné e óculos de sol.
- Dê preferência a roupas claras.
- Consuma alimentos leves e de fácil digestão.
- Pratique antes das 10h e após as 17h.
- Respeite seus limites e avalie suas condições de saúde periodicamente.

Saúde em movimento, faça parte dessa cultura!

O Sinpro/RS disponibiliza uma plataforma digital com videoaulas de Yoga, Pilates, Treinamento Funcional, receitas *light* e muito mais. Tudo isso no seu smartphone ou desktop! Acesse a Plataforma Somos Move e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes.
www.somos.pacevida.com.br/sinprors/

E para quem reside em Porto Alegre: MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada.
Inscreva-se: www.sinprors.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrída/





O silêncio e os porões

Nunca se soube de um presidente-fantasma; de um walking dead chefe de Nação que, diante de uma derrota eleitoral, se refugiasse em sua residência e ali permanecesse alheio às altas responsabilidades do cargo



Foto: Reprodução/TV

No momento em que escrevo este texto, já se passaram 28 dias desde o segundo turno das eleições presidenciais. Nesse período, ninguém sabe o que fez Jair Bolsonaro. Em quase um mês, o primeiro mandatário do país só se manifestou publicamente em um comunicado lacônico em que sequer reconheceu sua derrota. No mesmo período, não cumpriu uma só agenda em seu local de trabalho, o Palácio do Planalto. Houve quem especulasse que estaria deprimido ou que se manteria recolhido por conta de problemas de saúde. O fato é que o presidente não desempenhou as funções da presidência, como se o Brasil não tivesse gravíssimos problemas que demandam gestão pública, entre eles a nova onda de Covid e a necessidade urgente da compra de vacinas bivalentes.

É tamanha a ausência de sua Excelência, que, para todos os efeitos, é como se Lula já estivesse no governo dois meses antes da posse. Nunca se soube de um presidente-fantasma; de um *walking dead* chefe de Nação que, diante de uma derrota eleitoral, se refugiasse em sua residência e ali permanecesse alheio às altas responsabilidades do cargo. Houve o caso de Delfim Moreira, é verdade, político mineiro que assumiu a presidência interinamente, porque Rodrigues Alves, possivelmente vitimado pela gripe espanhola, não assumiu a presidência em 15 de novembro de 1918, falecendo um mês depois. Delfim Moreira assinava documentos sem lê-los, espiava autoridades pela porta, mas não as recebia. Na verdade, não tinha a menor ideia do que fazer a ponto de ter delegado as tarefas de governo a um dos seus ministros, Afrânio de Melo Franco. Sobre a incapacidade do interino, o general Dantas Barreto produziu a síntese constrangedora assinalando: "É tão notória a incapacidade mental de Delfim, que não a ocultavam nem mesmo os que tinham de fazê-lo por conveniência política". Delfim ficou no cargo por apenas oito meses, até a realização de novas eleições, mas o estrago que esse primeiro incapaz fez ao Brasil, assinalam os historiadores, foi imenso.

Pois bem, aqui avanço a hipótese perturbadora: Jair Bolsonaro não está ausente agora das funções da presidência; na verdade, sempre esteve. Seu "governo" pode ser descrito por um único e perverso feito: debilitar tanto quanto possível o papel do Estado e da lei em favor dos interesses "do mercado", conveniente eufemismo para encobrir os interesses dos grandes investidores; aqueles que criaram, no Brasil, a variante do "capitalismo parasitário". O que Bolsonaro fez, desde o primei-

ro dia do seu mandato, foi agitação político-ideológica, orientado pelo objetivo de radicalizar uma massa de apoiadores, armá-la e criar as condições para estabelecer a ditadura. O cotidiano das ações de governo foi terceirizado para operadores a serviços de lobbies privados. Por isso, sua agenda nunca foi completa; por isso, houve tanto espaço para férias, festas, passeios de *jet-ski* e motocicletas. Nesse fluxo, tudo o que se pôde destruir em termos de controle público, gestão, cultura, ciência, preservação ambiental, transparência, direitos e respeito foi destruído. Tudo o que se pôde promover em termos de cobiça, egoísmo, privilégios, sonegação, sigilo, preconceitos, violência e ignorância foi promovido. Não há uma só obra ou um só programa que ofereça uma marca para este governo, porque seu maior feito nunca teve algo a ver com a construção, mas com a destruição.

Para destruir, foi preciso um antipresidente e um antigoverno. Os exemplos do despreparo de Bolsonaro são proverbiais, matéria do anedotário e da vergonha nacionais, porém não me sai da memória o dia em que, em ambiente calculadamente amigável, um entrevistador lhe endereça a seguinte pergunta: "Presidente, qual é a mais importante realização de seu governo?" Diante dessa "bola levantada", ele balbucia: "- Bem, antes não se via tanta gente usando verde e amarelo (...) colocando a bandeira do Brasil na frente de sua casa (...)" Sim, essa foi a resposta. Nem Delfim Moreira ofereceria expressão tão ampla de vacuidade e desorientação.

O silêncio do presidente não guarda relação com os penitentes. Traduz a opção dos que mancomunam e o estilo dos que tramam. Estar em público o obrigaria a dizer algo sobre o rombo no orçamento que pode chegar a R\$ 430 bilhões, ou 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB); sobre por que ele não previu na lei orçamentária os recursos para o auxílio emergencial de R\$ 600, para a compra de merenda escolar, para a saúde indígena, para manter a Farmácia Popular e mesmo o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos poucos orgulhos de uma nação aviltada, que, como alertou o Tribunal de Contas da União (TCU), encontra-se ameaçada e assim sucessivamente. Pensando bem, por que mesmo ele deveria oferecer justificativas ou prestar contas? Por que mesmo ele deveria se comportar como um presidente? Não demandem de Bolsonaro o apreço pela luz pública. Afinal, para ele e seus heróis, como se sabe, nada é tão inspirador e emocionante quanto os porões.

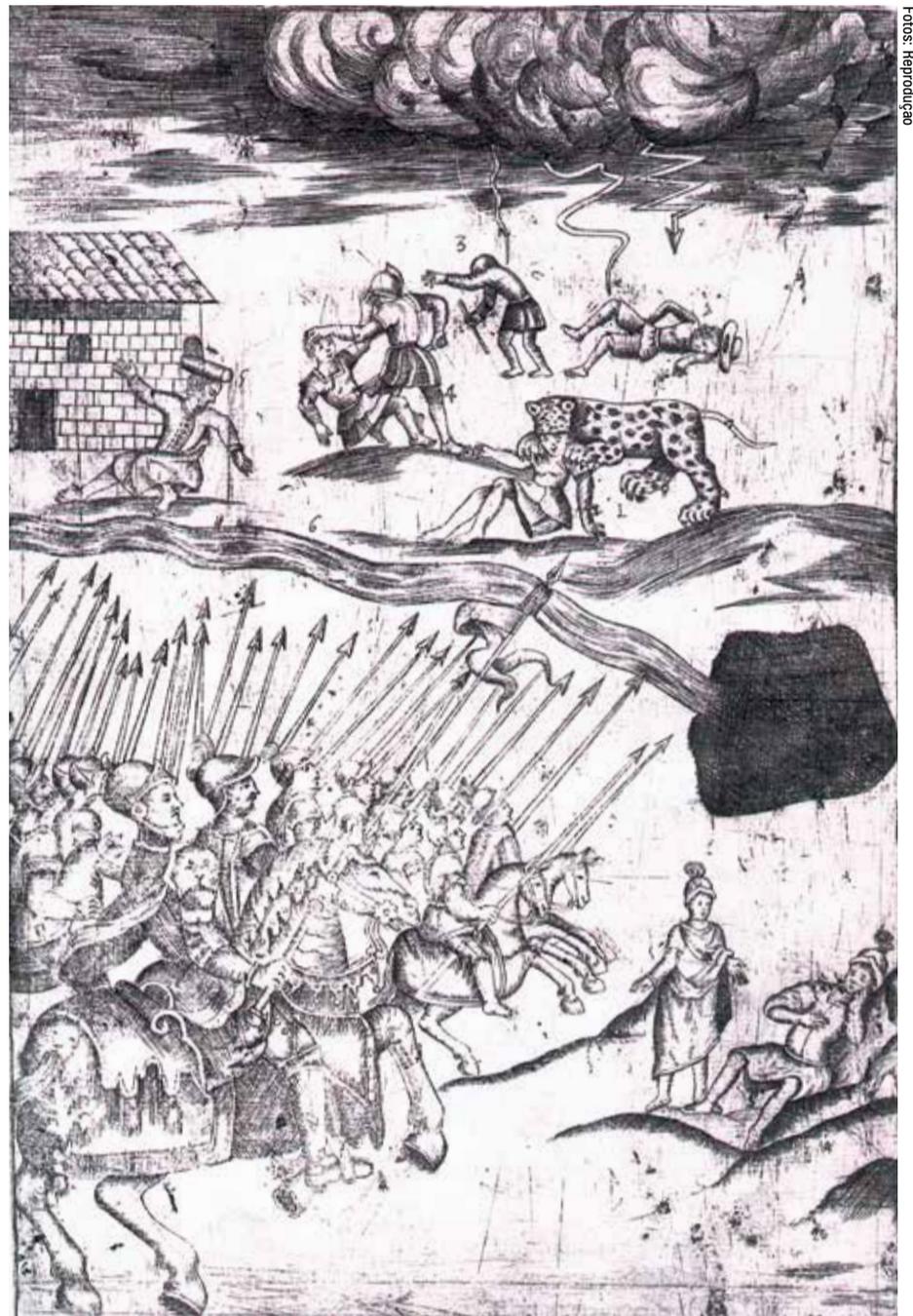


Foto: Reprodução

Segredos, delicadezas e um inimigo infernal

por Gilson Camargo

O jesuíta Antonio Ruiz de Medeiros resumiu em seu livro *Tesoro de la Lengua Guarani*, publicado em Madrid, em 1639, a razão da grande importância dada pelas ordens religiosas ao aprendizado das línguas nativas.

Desde a chegada das primeiras ordens religiosas às Américas, uma questão se impôs aos missionários. A diversidade de línguas, muitas vezes, era vista como uma artimanha do “inimigo infernal” com o único propósito de impedir

a conversão dos indígenas.

Assim, era preciso falar diretamente ao nativo sem recorrer a intérpretes: “Quem poderia persuadir a fazer aquilo que não sabe dizer?”, indaga o religioso, anotando que o aprendizado dos “segredos & delicadezas” das línguas indígenas, de fato, era um dos maiores desafios para os missionários.

A comunicação com os nativos em seus idiomas, sem intermediários, no entanto, já mobilizava as ordens religiosas desde o século

anterior e não era uma preocupação só dos jesuítas, explica a pesquisadora Fernanda Verissimo no livro *A impressão nas Missões Jesuíticas do Paraguai – Século XVIII* (BBM e Edusp, 2022, 288p.).

No prefácio de um vocabulário dominicano da língua zapoteca impresso no México, em 1578, uma advertência deixa clara essa preocupação: pregar o evangelho por intermédio de intérpretes faz com que a doutrina perca “grande parte de seu ser, autoridade e força” por conta de acréscimos, omissões e erros. “Se a trombeta der o

sonido incerto, quem se preparará para a batalha?”, completa o jesuíta espanhol em seu *Tesoro de la Lengua Guarani*, parafraseando o apóstolo São Paulo aos Coríntios.

“A impressão nas Missões se revela um capítulo importante e pouco conhecido da história do livro na América e, também, um bom indicador das aspirações dos missionários para sua ‘república’ e seus ‘cidadãos’. Demonstra igualmente o apego dos jesuítas ao livro como meio de evangelização e de educação, assim como meio de fixação de línguas até en-

tão não escritas como o guarani”, explica a pesquisadora.

Os jesuítas foram os primeiros a imprimir livros na América do Sul, em seu Colégio de Lima, no Peru, a partir de 1584. Eles lutavam desde o início do século 17 para ter os direitos e os meios de imprimir também nas missões do Paraguai.

“Serão obrigados a esperar quase um século: é apenas em 1700 que um primeiro livro será impresso

nas missões, na redução de Loreto”, uma literatura impressa que se limita a traduções de práticas religiosas e a gramáticas e dicionários da língua guarani, buscando ordenar e ensinar um idioma considerado extremamente complexo – até então puramente oral.

“Aliás, a importância conferida pelos missionários ao aprendizado das línguas indígenas não pode ser negligenciada”, repara a autora.

Foto: Raul Krebs/Divulgação



Fernanda Verissimo é pesquisadora, mestre e doutora em História Moderna

Línguas bárbaras

Cartas e relatos dos missionários e prefácios e apresentações às gramáticas e vocabulários dedicados à multitude de idiomas indígenas da América mencionam, muitas vezes de forma exagerada, as penas sofridas pelos religiosos que tentavam aprender essas línguas “bárbaras”.

O guarani “excede em dificuldade o árabe, o grego e o hebreu”, desespera-se, em 1687, o linguista jesuíta Francisco Jarque. A pronúncia da palavra que significa “pimenta” em guarani, relata o missionário, “resultou em uma chaga na língua” de um jovem aprendiz.

Ao livro, frequentemente era

conferido um poder totêmico. Em 1836, uma milícia maori teria se recusado a invadir um forte que abrigava uma biblioteca. Em 1839, um missionário relata que viu maoris usando folhas de livros enroladas e inseridas nos lóbulos das orelhas.

As páginas também serviam para fazer cartuchos, e o uso da obra *Church History* para este fim dá um sentido ligeiramente diferente à expressão “igreja militante”, como sugere o autor D. F. McKenzie em seu tratado sobre a sociologia do texto. Em um desses cartuchos, era possível ler a frase bíblica: “Quanto tempo ainda viverei?”.

Uma utopia comunitária

O projeto missionário dos jesuítas na Província do Paraguai, entre o início do século 17 e o final do século 18, é uma experiência única na história das missões cristãs, destaca a autora.

Entre os anos de 1609 e 1767, ao longo dos rios Paraná e Uruguai, a Companhia de Jesus, com a anuência e o suporte do poder colonial espanhol e seguindo uma

primeira expedição empreendida pelos franciscanos junto aos guaranis, consegue reduzir e sedentarizar mais de 140 mil indígenas em 30 burgos rurais.

As reduções atingem um grau de desenvolvimento surpreendente, através de um sistema econômico centralizado e, em grande parte, coletivista. Um projeto frequentemente citado, tanto por ini-

A história do livro nas reduções

Filha do escritor Luis Fernando Verissimo, Fernanda é mestre e doutora em História Moderna (Paris 4), mestre em Bibliografia e Estudos Textuais (Leeds) e especialista em política cultural e gestão das artes (Paris 3). Pesquisou os livros que foram publicados nas missões jesuítico-guaranis como bolsista da Biblioteca John Carter Brown, em Providence, EUA.

O livro *A impressão nas Missões Jesuíticas do Paraguai – Século XVIII* é resultado da tese de doutorado defendida pela autora na Faculdade de História Moderna da Sorbonne.

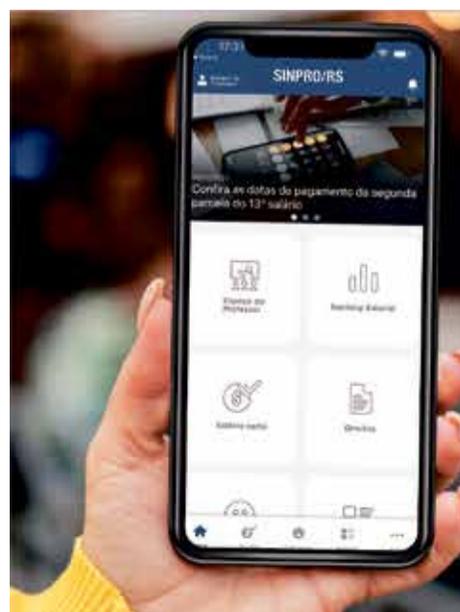
“São livros religiosos – catecismos,

sermões em guarani – e gramáticas – artes, vocabulários do guarani. Todos tentam seguir as convenções dos livros impressos na época, na Europa: em geral, têm sumário, paginação, títulos, ornamentos, vinhetas. Um deles, o mais bonito e bem ilustrado, tem 43 gravuras. O título também é lindo: *Da Diferencia entre el Temporal y lo Eterno*; é um clássico religioso jesuíta do século 17, que foi traduzido em várias línguas, inclusive no guarani, e impresso na redução de Loreto, em 1705. Houve publicação em pelo menos quatro reduções, mas não se sabe se eram ateliês locais ou se iam de uma redução a outra.”

migos históricos para demonstrar a tirania dos padres como opressores dos indígenas, quanto para exaltar seus talentos de administradores e educadores determinados a proteger os guaranis da exploração colonial.

“A ideia das missões do Paraguai como uma utopia comunitária deu pano para mangas desde o século 17 e é, ainda hoje, fonte

de romantismo e controvérsia. Aquilo que sobreviveu da arte das missões – as ruínas de sua arquitetura, as esculturas, os instrumentos musicais, a literatura religiosa saída dos ateliês de copistas ou de impressores das reduções – tornou-se, para uns, a prova do gênio jesuíta e, para outros, o símbolo do massacre cultural dos indígenas”, resume.



Dúvidas sobre seus direitos?
Tá na mão, tá no App!

Mais prático, completo e fácil de consultar.

Convenções e Acordos Coletivos de todos os níveis de ensino

Baixe ou atualize o seu

Download on the App Store

GET IT ON Google Play

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



FRAGA

Piscologia das cor

Num contraponto cromático, o vermelho virou um perseguido ideológico: é uma cor nitidamente comunista

Não tá mole a vida das cores hoje em dia.

A começar pelo verde, que era tão verdejante e tranquilizador e agora padece do tom que o diabo mesclou. Nas matas, plantações e saladas, o verde-oliva não faz mal nenhum. Ponha o verde-oliva num governo e ele desgoverna. Junte manchas verde-oliva com manchas marrom, cinza e preto, e ele fica camuflado. A camuflagem é dos piores truques visuais da indústria têxtil. Porque saiu dos quartéis e se aquartelou no mundo fashion. Como se nas passarelas e nos guarda-roupas deixasse de beligerar. A farda tarda mas não falha.

Também o amarelo, que irradiava alegria e leveza, perdeu algo dessa simbologia: se tornou um pigmento extremamente nacionalista. Combinado ou não com o verde, vestiu ensandecidos e passou a fazer parte de rituais bolsonazistas, pró-militarismo. Até que, lá no Qatar, a seleção aliviou um pouco a agonia da cor, reapropriada pela normalidade futebolística.

Num contraponto cromático, o vermelho virou um perseguido ideológico: é uma cor nitidamente comunista. Assim como o reino vegetal com seus tomates e rosas, pimentas e pimentões, morangos e cerejas. Certos batons parecem tão ameaçadores quanto o telefone vermelho do Kremlin, ou tão perigosos como os botões vermelhos dos lança-mísseis dos EUA.

Enquanto isso, o azul, tão celestial e oceânico, já se atomizou com o cobalto. E os céus e os mares, contaminados por reatores submarinos ou em órbita, fazem o planeta azular de medo. E o azul ainda sofreu o percalço de, junto com o rosa, ser condicionado à damarisação no vestuário infantil.

Para as cores, tudo piora quando se aproximam umas das outras e formam um arco-íris. É o quanto basta para serem alvo da homofobia. O mundo viu o que aconteceu com a bandeira de Pernambuco lá no Qatar. Não tá longe o dia em que irão apedrejar os céus pela beleza da refração da luz. Protejam os prismas!

No tabuleiro do preconceito, o branco e o preto só convivem em paz nos jogos de xadrez e damas. Fora disso, o branco da folha de papel aceita tanto as ideias bíblicas quanto as do *Mein Kampf*. Em contraste, se uma pessoa branca e outra negra vestem o mesmo pretinho básico, a roupa de ambas será notada, mas a pessoa negra pode passar despercebida. Porque no papel social brasileiro, os negros, os pardos e os mulatos tendem a ter a cor do papel celofane: são invisíveis. Puizé, só Carlos Drummond notou as impurezas do branco.

Em tempos insensíveis, as cores descolorem.



Ilustração: Rafael Sica

PROGRAMAÇÃO
ECARTAA agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

SHOWS híbridos

Porto Alegre | 18h | Entrada franca

Local: presencial – sede da Fundação Ecarta (Avenida João Pessoa, 943, Porto Alegre). **Virtual** – transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

9/12 – Lux Sonora faz concerto beneficente de Natal.

10/12 – 50 Tons de Pretas homenageia Elza Soares.

Foto: Priscilla Cesar



ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca | De terças a domingos, das 10h às 18h, inclusive feriados.

Até 23/12 – Visitação à mostra *Sobre o que sonha*, de Sandro Ka, com curadoria de Roger Lerina.

Foto: Steia Pastore



NÚCLEO CULTURAL DO VINHO

6/12, 19h30 – Arte e leitura na adega.

Palestra com degustação. Inscrição: R\$ 75,00.

SOLIDARIEDADE

Quinzenal – Cozinha Solidária – Preparação e distribuição de refeições para as pessoas em situação de rua de Porto Alegre. Para isso, a Ecarta está recolhendo doações como molho, salsicha, linguiça, massa de tomate, milho, ervilha, entre outros. Doações podem ser entregues na sede da Ecarta, em Porto Alegre (Av. João Pessoa, 943).



Teses

– O homem é naturalmente polígamo.

Foi a tese que o Oscar propôs no churrasco depois do Brasil e Chile, que todos foram ver na casa do Remi, que tinha tevê com tela grande. Os homens se cotizaram e levaram a carne e a cerveja, as mulheres levaram saladas e doces, o Remi assou. O Remi, por sinal, lançou um movimento de volta à salmoura na feitura do churrasco, sustentando que o sal grosso já cumpriu seu ciclo histórico. Mas isso não tem nada a ver com a história.

Depois das comemorações pela vitória, da carne e de muita cerveja, a conversa derivou da atuação do Ronaldinho para a Suzana Werner e daí para o sexo e o futebol, depois para o sexo em geral. E foi então que o Oscar disse a sua frase.

– O homem é naturalmente polígamo.

– Ah é, Oscar? – disse Maria Helena, sua mulher.

Todos riram, alguém disse "liih", outro disse "sai dessa, Oscar", e o Oscar se apressou a explicar que estava falando em tese, não defendendo a poligamia legal, muito menos um presumível harém particular. Mas, de acordo com sua tese, todos os monógamos ali viviam em conflito com a natureza. A mulher era naturalmente monógama. O homem não.

Ilustração: Edgar Vasques



– Rá! – disse a Lucilene, mulher do Remi.
– Como, "rá"? – perguntou o Oscar.
– Você acha, então, que o instinto sexual é o que determina o que é natural ou não? As risadas tinham parado com o "rá". Agora estavam todos prestando atenção.

Afinal, era uma questão científica. O Oscar pensou na resposta, girando a cerveja no copo como se isso ajudasse seu raciocínio. Depois de alguns segundos, disse:

– Acho.

– Natureza é sexo?

– Não, mas é a nossa natureza sexual que determina o nosso comportamento. Ou devia determinar. Nossa cultura monógama é antinatural.

A Lucilene tinha bebido demais. Se entusiasmara com os quatro gols do Brasil, exagerara um pouco. Normalmente, quase não falava. Agora estava de pé, nariz a nariz com o Oscar.

– O homem está no seu apogeu sexual aos 17 anos de idade, certo? Oscar concedeu o ponto.

– Certo.

– A mulher, aos 35. Certo?

Oscar abanou a cabeça, querendo dizer sim, não, talvez, mas... Lucilene insistiu.

Está provado. É científico. O macho aos 17, a fêmea aos 35. Segundo a sua tese, o único casal natural, o único casal de acordo com a natureza, seria um homem de 17 e uma mulher de 35.

Lucilene não disse "como eu", mas foi o que todo mundo ficou pensando. Lucilene estava com 35 e Remi estava mais perto dos 70 do que dos 17.

– Todos nós somos antinaturais, está entendendo? Todos os nossos casamentos estão errados!

Julinha decidiu intervir na conversa.

– Alguém quer mais rocambole?

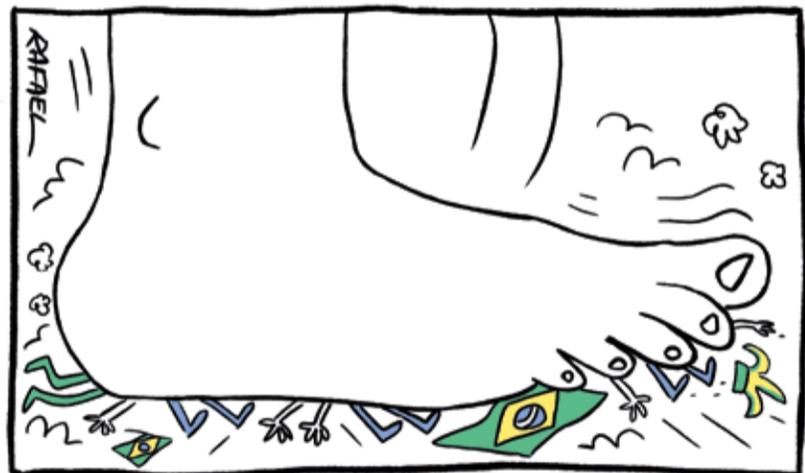
Em casa, a Maria Helena cobrou do Oscar.

– Tinha que começar aquela conversa?

– Foi a Suzana Werner!

E todo mundo concordou que o Remi precisava pensar menos nos seus churrascos e mais no seu casamento com a Lucilene. O Remi colecionava espetos e os guardava em ordem, pelo tamanho. Aquilo não era natural.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Depois de muito trabalho, é hora de valorizar o descanso.

Agora é o momento de desligar e aproveitar as merecidas férias, dormir até mais tarde, curtir a família. Precisaremos de muita energia para enfrentarmos os desafios do próximo ano com boas perspectivas, para que a educação volte a ser uma prioridade.

BOAS FÉRIAS, BOAS FESTAS

e aproveite todas as vantagens dos convênios que preparamos para você.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão